



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

GLAUCIO HENRIQUE EVANGELISTA DE FREITAS

**Reimaginando Espaços:
Inclusão de Políticas Públicas para a Habitabilidade das
Pessoas LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Diego Santos Vieira de Jesus

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do/a autor/a e do orientador.

Glaucio Henrique Evangelista de Freitas

Estudante do curso de Graduação em Relações Internacionais do IRI / PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Freitas, Glaucio Henrique

Reimaginando Espaços:

Inclusão de Políticas Públicas para a Habitabilidade das Pessoas LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz / Glaucio Henrique Evangelista de Freitas; orientador: Diego Santos Vieira de Jesus. – 2024.

74f.; 30 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais – Trabalhos de conclusão de curso. 2. Inclusão 3. Habitabilidade. 4. LGBTQIA+. 5. Políticas Públicas. 6. Periferias I. Jesus, Diego Santos Vieira de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Dedico à minha mãe, que me ensina o que é o amor.
Também dedico ao pequeno eu, que se descobriu gay antes mesmo de
se descobrir preto e logo entendeu onde morava e as mazelas que
acompanhavam o sentimento mais lindo do mundo:
o amor, e resistiu.

Agradecimentos

À Deus, que me concedeu asas para superar qualquer adversidade.

À minha mãe, Graziela Evangelista de Freitas, que permitiu e me deu condições de estar aqui apesar das diversas dificuldades.

Aos meus queridos familiares, que sempre me apoiaram das suas próprias maneiras e são parte de quem sou.

Aos meus amigos e carinhos, que sempre estiveram ao meu lado. Desde dos amigos de infância, que caminharam ao meu lado em todas as etapas da vida, até aqueles que conheci recentemente e que hoje fazem parte da minha construção.

Aos amigos de luta, que compartilharam comigo aprendizados, desafios e conquistas, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu orientador, que me incentivou a continuar com o tema e não permitiu que eu diminuísse minhas ambições.

E às pessoas que já não estão mais em minha vida, mas que, de alguma forma, deixaram marcas importantes e me ensinaram lições que carrego comigo

Resumo

Freitas, Glaucio Henrique; Jesus, Diego Santos Vieira de (Orientador). **Reimaginando Espaços:** Inclusão de Políticas Públicas para a Habitabilidade das Pessoas LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz. Rio de Janeiro, 2024, XX p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este policy brief visa oferecer recomendações para melhorar as condições de habitabilidade de pessoas LGBTQIA+ em Santa Cruz e Campo Grande, promovendo inclusão e representatividade nos processos decisórios. Alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, 10, 11, 16 e 17, as recomendações incluem: intercâmbio entre agentes de segurança pública do Rio de Janeiro e Santiago do Chile, programas habitacionais integrados com saúde mental para LGBTQIA+ em vulnerabilidade, uma pesquisa municipal sobre as condições de vida dessa população e o desenvolvimento de um selo de diversidade para mapear estabelecimentos inclusivos. A introdução destaca a desigualdade e exclusão enfrentada pela população LGBTQIA+ nas periferias cariocas, enquanto o desenvolvimento apresenta exemplos internacionais, como Santiago, que podem servir de inspiração. A consideração das implicações políticas ressalta que a falta de políticas públicas eficazes tem agravado a marginalização dessa população. A conclusão enfatiza a importância da implementação das recomendações para garantir maior habitabilidade e qualidade de vida, contribuindo para o cumprimento dos ODS e uma governança mais justa e igualitária em nível global. As ações tiveram como base no projeto "Manual do Início do Mundo" (MIM), que coletou dados sobre a percepção de violência em Santa Cruz e Pavuna, com foco na habitabilidade e promoção dos direitos humanos, seguindo os Princípios de Yogyakarta.

Palavras-chave

Inclusão; Periferia; Habitabilidade; LGBTQIA+; Políticas Públicas

Abstract

Freitas, Glaucio Henrique; Jesus, Diego Santos Vieira de (Advisor). **Reimagining Spaces: Inclusion of Public Policies for the Habitability of LGBTQIA+ People in Campo Grande and Santa Cruz.** Rio de Janeiro, 2024, XX p. Undergraduate Thesis – Institute of International Relations, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This policy brief aims to provide recommendations to improve the living conditions of LGBTQIA+ individuals in Santa Cruz and Campo Grande, promoting inclusion and representation in decision-making processes. Aligned with Sustainable Development Goals (SDGs) 5, 10, 11, 16, and 17, the recommendations include: an exchange program between public security agents from Rio de Janeiro and Santiago, Chile; housing programs integrated with mental health services for vulnerable LGBTQIA+ individuals; a municipal survey on the living conditions of this population; and the development of a diversity seal to map inclusive establishments. The introduction highlights the inequality and exclusion faced by the LGBTQIA+ population in Rio's outskirts, while the development section presents international examples, such as Santiago, that can serve as inspiration. The discussion of political implications underscores how the lack of effective public policies has exacerbated the marginalization of this group. The conclusion stresses the importance of implementing these recommendations to ensure better living conditions and quality of life, contributing to achieving the SDGs and fostering more just and equitable governance at the global level. These actions were informed by the "Manual do Início do Mundo" (MIM) project, which gathered data on the perception of violence in Santa Cruz and Pavuna, focusing on habitability and the promotion of human rights in line with the Yogyakarta Principles.

Keywords

Inclusion; Periphery; Habitability; LGBTQIA+; Public Policies

Sumário

Principais resultados	09
1. Introdução	11
1.1. Problema	12
1.2. Antecedentes	17
1.3. Causas da situação atual	22
1.4. Efeitos da situação atual	28
1.5. Objetivo central e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	32
2. Um por Todos, Todos por Um	34
2.1. Como a violência se apresenta aos LGBTQIA+ de Campo Grande e Santa Cruz	35
2.2. O impacto da saúde mental e da moradia na qualidade de vida da população LGBTQIA+ de Santa Cruz e Campo Grande	38
2.3. A representatividade política como ferramenta de inclusão para pessoas LGBTQIA+ em Santa Cruz e Campo Grande	41
2.4. Santiago do Chile e o concerto harmonioso	43
3. Implicações Políticas	48
4. Conclusão	55
5. Recomendações	56
6. Referências bibliográficas	66

Principais resultados

- Há uma necessidade urgente de garantir habitabilidade, ou seja, capacidade de um ambiente proporcionar condições físicas, socioambientais e psicológicas adequadas para a vida humana, considerando elementos como segurança, saúde, meio ambiente e participação política para a população LGBTQIA+ em Campo Grande e no Distrito Industrial de Santa Cruz, áreas com os menores IDHs do município.
- A inclusão da população LGBTQIA+ nos processos decisórios é fundamental para a formulação de políticas eficazes, pois a participação social prevista na Constituição fortalece a democracia, garantindo que as políticas reflitam as necessidades reais e promovam maior equidade e proteção para todas as pessoas.
- A colaboração entre o setor público, privado e a sociedade civil é basilar para a criação de soluções duradouras e efetivas, pois a união desses setores pode impulsionar e consolidar políticas de habitabilidade, promovendo maior sustentabilidade e impacto social positivo, como a melhoria nas condições de vida, a promoção de equidade, o fortalecimento de redes comunitárias, a redução de desigualdades e o aumento da qualidade de vida para pessoas LGBTQIA+.
- É necessário que haja um plano de ação intersetorial entre os agentes municipais, estaduais, federais e internacionais que priorize a segurança no conceito de habitabilidade, alinhado aos Princípios de Yogyakarta e com os ODS 5, 10, 11, 16 e 17.
- A paradiplomacia e as políticas locais são mecanismos eficazes para mitigar questões globais, pois possibilitam que governos locais adaptem soluções globais às necessidades e realidades específicas de seus territórios.

1. Introdução

Esta seção aborda as desigualdades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+ nas periferias do Rio de Janeiro, com foco específico em Campo Grande (CG) e no Distrito Industrial de Santa Cruz (SC), evidenciando a carência de espaços sociais de habitabilidade. Essas áreas enfrentam elevados índices de violência e discriminação, agravados pela ausência de políticas públicas inclusivas que perpetuam a marginalização dessas pessoas. O projeto Manual do Início do Mundo (MIM) emerge como uma iniciativa feita de jovens para jovens e evidencia a urgência de incluir as pessoas LGBTQIA+ nos processos de formulação de políticas públicas. A representatividade, destacada pelo MIM (Manual do Início do Mundo) cujo será explorado ao longo do trabalho, é essencial para conceber soluções adaptadas às demandas específicas dessas pessoas em territórios periféricos. Além disso, este policy brief propõe ações paradiplomáticas — entendidas como práticas de relações internacionais realizadas por governos subnacionais, como estados, províncias, municípios ou regiões, em complemento à diplomacia tradicional conduzida por governos nacionais — que dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 10 (redução das desigualdades), ODS 11 (cidades inclusivas e seguras), ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 17 (parcerias para os objetivos). Alinhando-se aos conceitos globais e aos Princípios de Yogyakarta (veja no BOX 1), este documento reafirma a necessidade de fortalecer parcerias intersetoriais, promovendo habitabilidade para pessoas LGBTQIA+ nessas regiões. Essas iniciativas buscam transformar o contexto local, garantindo o direito à habitabilidade digna e fomentando o desenvolvimento social de forma equitativa e sustentável.

Box 1 – Princípios de Yogyakarta + 10

Os Princípios de Yogyakarta são uma declaração internacional sobre a aplicação dos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Adotados em 2006, os princípios originais foram complementados pelos Princípios de Yogyakarta +10, em 2017, ampliando sua abrangência para temas contemporâneos. Juntos, eles abordam violações, promovem a inclusão e reforçam a dignidade de pessoas LGBTQIA+ em todo o mundo.

Fonte: Yogyakarta Principles + 10, 2017.

1.1. Problema

O Manual do Início do Mundo (MIM) foi um projeto que surgiu a partir da seguinte questão: Como sobreviver? Criado em 2019 por jovens periféricos do Rio de Janeiro, focado em desenvolver estratégias para diminuir a sensação de insegurança nas suas rotinas. O MIM foi desenvolvido durante o Ciclo 2019 da Agência de Redes Para Juventude, e seu principal objetivo era permitir que jovens em regiões vulneráveis, como Santa Cruz, compartilhassem suas vivências e estratégias de sobrevivência frente a diversos tipos de violência, como assédio, racismo, LGBTQIA+fobia, e a violência oriunda da polícia, tráfico e milícias. Sabendo que a solução para a violência nas periferias passa por ações estruturais maiores, os jovens foram incentivados a documentar e disseminar estratégias que já utilizavam em seus cotidianos para se sentirem menos expostos à violência como evidenciado nos dados compilados no BOX 2.

A mobilização do público-alvo foi feita por meio de entrevistas presenciais e virtuais, ajuda de custo para passagem e oferecimento de alimentação. Assim, o projeto envolveu a participação de 166 jovens que relataram suas vivências e dividiram suas estratégias, culminando em um encontro realizado em Santa Cruz no dia 10 de dezembro de 2019, onde mais de 30 jovens debateram e organizaram

as questões em quatro eixos principais. Vale destacar que o encontro, assim como a iniciativa, não foi divulgado de forma geral devido ao temor das consequências que poderiam afetar os envolvidos, incluindo a ONG parceira que cedeu o espaço do encontro (SerCidadão).

A metodologia aplicada no projeto foi desenvolvida para promover discussões colaborativas e geradoras de soluções, focando na criação de um espaço acolhedor para que os jovens pudessem compartilhar suas experiências sem medo de retaliação. O encontro começou com uma roda de apresentação, onde cada jovem compartilhou seu nome, idade, território e signo. Esse momento inicial visava promover um ambiente de confiança e relaxamento, preparando-os para as discussões mais profundas. A segunda etapa consistiu em uma atividade na qual os participantes desenharam um corpo em um papel e indicavam as violências às quais se sentiam mais suscetíveis. Os jovens foram divididos em quatro grupos, conforme os temas escolhidos por eles: Racismo, LGBTQIA+fobia, Assédio Sexual e Violência Policial/Tráfico/Milícia. Cada grupo foi designado para um tema e recebeu uma folha de trabalho onde deveria listar as estratégias coletivas que usavam para lidar com essas violências. Os jovens trabalharam em colaboração, com total direcionamento da equipe do MIM, e foram incentivados a compartilhar suas vivências e construir estratégias práticas. Após a discussão, cada grupo teve de 3 a 5 minutos para apresentar as estratégias criadas. O objetivo dessa etapa era incentivar o compartilhamento de ideias entre os grupos e promover o entendimento coletivo sobre as soluções apresentadas. O encerramento incluiu depoimentos de superação e relatos de eventos positivos após terem vivenciado violência.

O MIM foi projetado para produzir vários resultados importantes. Entre eles, destacam-se:

- Criação de um banco de dados de segurança pública, com base nas entrevistas e nos relatos dos jovens.
- Produção de conteúdo audiovisual, que seria utilizado para divulgar as estratégias desenvolvidas pelo grupo para outros jovens em situação de vulnerabilidade.

- Desenvolvimento de estratégias coletivas para enfrentar as diversas formas de violência, que poderiam ser replicadas em outras comunidades periféricas.

O projeto conseguiu mobilizar uma rede significativa de jovens e foi capaz de reunir informações essenciais para a criação do manual e do conteúdo audiovisual. As principais conquistas incluem:

- Manual do MIM finalizado, oferecendo um guia prático sobre como os jovens periféricos podem lidar com a violência em suas rotinas.
- Maior conscientização dos direitos por parte dos jovens envolvidos, bem como a disseminação de estratégias que promovem a segurança em um contexto de vulnerabilidade.
- Criação de uma rede comunitária que promoveu apoio mútuo entre os jovens e uma troca contínua de informações sobre segurança e sobrevivência.

Box 2 – Dados compilados pelo MIM

Dos 166 entrevistados, 113 (68,1%) relataram ter passado por algum episódio de violência, enquanto 53 (31,9%) afirmaram não ter sofrido nenhum tipo de violência, mas ainda se sentem inseguros. Além disso, entre aqueles que relataram experiências de violência, 94 pessoas mencionaram que essas vivências impactaram ou continuam a impactar suas vidas de alguma forma. Dentre os entrevistados que enfrentaram violência, 35 (30,9% do total) identificaram-se como vítimas de LGBTQIA+fobia.

Fonte: MIM, 2019.

Esses dados refletem uma realidade alarmante enfrentada pelas pessoas LGBTQIA+ no Rio de Janeiro, especialmente em áreas como Campo Grande e Santa Cruz. Nessas regiões periféricas, desafios relacionados à habitabilidade são

agravados pela ausência de políticas públicas efetivas e pela perpetuação de estruturas sociais discriminatórias, conforme apontado no relatório do MIM (2019). E a combinação entre a vivência direta da violência e o constante sentimento de insegurança ressalta a urgência de intervenções paradiplomáticas voltadas para a proteção e inclusão das pessoas LGBTQIA+.

Apesar do crescente reconhecimento dos direitos dessas pessoas, como apontado por Jesus (2017), muitos indivíduos continuam enfrentando ambientes hostis e inseguros, onde a LGBTfobia persiste como uma realidade cotidiana. Esses desafios não apenas reforçam a vulnerabilidade social dessas pessoas, mas também sublinham a necessidade de políticas públicas inclusivas que tratem da habitabilidade de forma integrada e abrangente.

Esse cenário de violência e discriminação enfrentado pelas pessoas LGBTQIA+ nas periferias do Rio de Janeiro encontra paralelismo com o que é observado em diversas partes do mundo, como destacado pela ONU em 2021. No relatório da ONU, é evidenciado que, assim como no Brasil, muitos jovens LGBTQIA+ na Europa enfrentam abusos em escolas, com bullying recorrente sendo uma experiência constante para esses indivíduos. Esses casos de violência nas escolas, por exemplo, são frequentemente ignorados ou não tratados com a devida seriedade, agravando a sensação de insegurança e a exclusão social dessas pessoas. No Rio de Janeiro, como indicam os relatos do MIM (2019), jovens LGBTQIA+ enfrentam um ambiente igualmente hostil, onde a violência verbal e física, muitas vezes sem punição, é uma constante. Além disso, a discriminação também se manifesta por parte de agentes públicos, o que reflete a falta de uma resposta institucional eficaz contra a LGBTfobia. Esse paralelo evidencia que a violência e o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ não são fenômenos isolados, mas sim uma realidade global que exige medidas paradiplomáticas coordenadas, tanto no Brasil quanto no exterior, para garantir a proteção e a inclusão dessas pessoas, especialmente em contextos escolares e na convivência diária com a sociedade. A similitude entre os relatos da ONU (2021) e os do MIM (2019) revela a necessidade urgente de políticas públicas robustas e de uma conscientização cultural mais ampla para erradicar a violência e o preconceito, não apenas por meio de leis, mas também com a implementação paradiplomática

de ações educacionais que promovam o respeito à diversidade e a igualdade de direitos.

Atitudes discriminatórias, tanto explícitas quanto implícitas, persistem em diversos contextos, contribuindo para a marginalização e exclusão social dessas pessoas (JESUS, 2017). A falta de espaços sociais de habitabilidade (IPS, 2018), aqui entendido como a capacidade e a adequação de um espaço para o atendimento às necessidades físicas, sociais e emocionais à vida humana (veja no BOX 3) e, no caso, o que falta para as pessoas LGBTQIA+, dificulta o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e trabalho (Conselho Nacional de Saúde, 2021). Essa situação é ainda mais grave em áreas inviabilizadas, que carecem de iniciativas públicas e privadas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade, assim como maneiras de adequar os espaços às necessidades que surgem pelo do tempo.

Além disso, muitas ações voltadas para as pessoas LGBTQIA+ tendem a ser superficiais, abordando a diversidade sexual e de gênero de maneira estereotipada, o que não reflete a complexidade das experiências vividas por essa população (JESUS, 2017). Essa abordagem não apenas perpetua estigmas, mas também impede que as reais necessidades das pessoas LGBTQIA+ sejam atendidas.

Para que as políticas públicas sejam eficazes e abrangentes, é essencial garantir representatividade e coletividade nas demandas dessas pessoas em todas as esferas da sociedade e em todos os níveis. A análise e a compreensão desses problemas com a participação direta dos afetados são de suma importância para a formulação de iniciativas que promovam a segurança, a inclusão e o respeito pelos direitos humanos, assegurando que as necessidades dessa população sejam atendidas de forma adequada e eficaz, garantindo sua habitabilidade.

Box 3 – Conceitos de Habitabilidade segundo o IPS

Este trabalho adota o conceito de habitabilidade do Índice de Progresso Social (IPS), que engloba três dimensões principais: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Manutenção dos Níveis de Bem-Estar. A análise foca em três componentes: Segurança Pessoal, Saúde Bem-Estar e Meio Ambiente, e Liberdades Individuais. Embora outros aspectos como acesso à educação e saúde também sejam relevantes, o foco está na segurança, bem-estar e participação política, devido aos desafios enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ nas periferias do Rio de Janeiro.

Fonte: IPS, 2018.

1.2. Antecedentes

As pessoas LGBTQIA+ nas periferias do Rio de Janeiro, como Campo Grande e Santa Cruz, enfrentam desafios complexos quanto à segurança e à habitabilidade (MIM, 2019). Sendo os bairros mais populosos do país (IBGE, 2022), Campo Grande e Santa Cruz concentram problemas sociais e de inclusão de alta complexidade, onde a densidade populacional e a diversidade cultural desses locais aumentam a vulnerabilidade das pessoas LGBTQIA+, ampliando as questões de marginalização, violência e exclusão social.

As regiões de Santa Cruz e Campo Grande, importantes no período imperial do Brasil, têm origens no século XVI, com a ocupação jesuíta, que transformou a Fazenda de Santa Cruz no maior latifúndio do Brasil Colônia. Com o declínio da influência jesuíta e o desenvolvimento tardio da área, a região ficou em segundo plano até o século XX (Ecomuseu, 2024). Perderam relevância

política, mas ganharam peso econômico. Santa Cruz abriga um importante polo industrial (Prefeitura do Rio, 2024), e Campo Grande se destaca por seu crescente potencial econômico e imobiliário (Prefeitura do Rio, 2024). Entretanto, ambas ainda carecem de políticas públicas efetivas para enfrentar a LGBTQIA+fobia.

Além da LGBTQIA+fobia, que se expressa em agressões físicas, verbais e exclusão social em espaços públicos e privados, o controle de áreas urbanas por grupos de poder paralelo, como milícias e tráfico de drogas, agrava o sentimento de insegurança (MIM, 2019). Essas organizações frequentemente controlam áreas urbanas, criando um ambiente hostil onde o medo e a violência se tornam comuns (SOUZA, 2023). Relatos de violência e discriminação são frequentes, especialmente entre jovens pretos e de grupos sociais mais vulneráveis, como aqueles de classes econômicas mais baixas e que vivem nas periferias (MIM, 2019). O medo de represálias e a falta de habitabilidade fazem com que muitos indivíduos se sintam obrigados a esconder sua identidade como estratégia de proteção, agravando sua vulnerabilidade e não lidando com essa questão.

Os atores envolvidos nesta problemática incluem não apenas as pessoas LGBTQIA+ diretamente afetadas, mas também instituições públicas, como o Estado e a Prefeitura do Rio, que têm a responsabilidade de garantir a segurança e os direitos de todos os cidadãos. Além disso, as organizações não governamentais (ONGs) e grupos comunitários que oferecem apoio e defendem os direitos das pessoas LGBTQIA+, por meio de serviços de acolhimento, assistência legal e campanhas de conscientização.

Apesar de iniciativas importantes do Poder Público apresentadas no BOX 4, como o Programa Diversidade Qualificada e o Projeto Dam+, coordenado pela Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS) da Prefeitura do Rio, ainda existe uma lacuna significativa na implementação de políticas públicas que efetivamente atendam às necessidades das pessoas LGBTQIA+ no Rio de Janeiro, especialmente em áreas distantes do centro comercial (JESUS, 2017), como Campo Grande e Santa Cruz. Pois, embora tais programas tenham sido fundamentais, sua efetividade é comprometida pela falta de continuidade e avaliação periódica. Assim, a ausência de acompanhamento e ajustes necessários impede a identificação de falhas e o aprimoramento das ações. Além disso, a escassez de recursos essenciais, como a falta de pessoal qualificado e o aporte financeiro adequado para a CDS, prejudica a execução de políticas públicas de

longo prazo, dificultando sua expansão e aplicação em áreas periféricas que carecem de atenção específica.

Box 4 – Iniciativas da Prefeitura

O Projeto Dam+ oferece educação e capacitação para pessoas trans e travestis, com ênfase no ensino fundamental e programas de qualificação profissional. O Programa Diversidade Qualificada, em parceria com a Prefeitura do Rio e o Senac, oferece cursos gratuitos de qualificação, como o curso de cuidadores de idosos, para pessoas LGBTI+ e de baixa renda. Ambas as iniciativas visam promover a inclusão e a cidadania, oferecendo oportunidades educacionais e inserção no mercado de trabalho.

Fonte: Prefeitura, 2024.

A ausência da participação social prevista na Constituição Federal dificulta o desenvolvimento de soluções inclusivas e adaptadas às realidades locais, limitando também a participação da população diretamente afetada (MIM, 2019). Isso ocorre pois os canais formais de consulta e participação, como conselhos e fóruns de discussão, não são efetivamente acessíveis ou não cumprem o papel de representação real e ativa das comunidades em situação de vulnerabilidade (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2023). A falta de um sistema estruturado de participação democrática impede que as políticas públicas atendam às demandas e realidades locais de forma precisa e eficaz. Para além disso, a falta de políticas públicas inclusivas nas regiões ocorre em parte devido a um modelo de governança que não prioriza as questões sociais das pessoas LGBTQIA+ nas periferias. O que vemos, muitas vezes, é a priorização de agendas que não contemplam a necessidade de ação direta em relação à exclusão, discriminação e violência vividas por essas pessoas. Isso também pode ser

explicado por uma resistência histórica de setores conservadores dentro das instituições públicas, que muitas vezes veem a inclusão de grupos marginalizados como uma ameaça ao status quo, ao invés de um direito fundamental.

A economia criativa surge como vetor de desenvolvimento urbano e social, promovendo inovação e transformação econômica e urbana. Corsani (2003) aponta que estamos migrando do capitalismo industrial para o "capitalismo cognitivo", centrado na criatividade, o que é relevante para áreas como Santa Cruz e Campo Grande, onde as pessoas LGBTQIA+ podem potencializar suas identidades culturais. A reestruturação urbana associada à economia criativa e a paradiplomacia pode transformar essas regiões, integrando habitação inclusiva e estratégias culturais para melhorar a qualidade de vida, revalorizar espaços e gerar novas oportunidades econômicas (Coleção Estudos Cariocas - IPP, 2015). Santa Cruz e Campo Grande, com seu patrimônio histórico e cultural, são propícias para tais iniciativas, pois pontos como o Hangar de Zepelins, a Praça Dom Romualdo, o Centro Histórico de Santa Cruz e o Quartel da Escola de Aprendizes-Marinheiros podem ser aproveitados em uma estratégia de reestruturação urbana, criando espaços criativos e de convivência social. Esses locais têm potencial para atrair investimentos turísticos, culturais e econômicos, gerando um ciclo virtuoso de valorização que beneficia as pessoas locais e impulsiona a economia criativa. A adaptação desses espaços ao "capitalismo cognitivo", conforme Corsani (2003), oferece a chance de transformar tanto o espaço físico quanto as dinâmicas sociais e culturais.

A fomentação de hubs tecnológicos nas regiões de Santa Cruz e Campo Grande também pode ser uma estratégia poderosa de inclusão e valorização local. Empresas locais podem ser incentivadas a investir em centros de inovação e tecnologia, oferecendo suporte financeiro e colaborando com universidades e centros de pesquisa para criar ambientes que promovam a educação e a troca de conhecimentos. Esses hubs podem se tornar pontos focais para o desenvolvimento de novos negócios e soluções tecnológicas que atendam às necessidades das pessoas LGBTQIA+, além de gerar empregos qualificados e novas oportunidades econômicas. O investimento de empresas locais em hubs tecnológicos também pode ser visto como uma forma compensatória, em que as empresas não apenas contribuem para o desenvolvimento da região, mas também recebem incentivos

fiscais ou outras formas de apoio governamental em troca de seu envolvimento em iniciativas sociais e econômicas sustentáveis. Além disso, a paradiplomacia pode desempenhar papel crucial, conectando Santa Cruz e Campo Grande a iniciativas internacionais e promovendo intercâmbio de boas práticas empresariais, onde parcerias entre governos locais, organizações internacionais, instituições educacionais e setor privado podem ampliar o impacto positivo de projetos socioambientais e criativos.

Economicamente, o Distrito Industrial de Santa Cruz já é um centro de produção e emprego, com empresas como Gerdau, Ternium e Furnas gerando milhares de empregos e ampliando a arrecadação de impostos. Parte desses recursos poderiam ser reinvestidos em políticas públicas voltadas para a inclusão social. O crescimento imobiliário em Campo Grande também indica novas oportunidades no setor de serviços e comércio, além de permitir o desenvolvimento de projetos habitacionais mais inclusivos para as pessoas LGBTQIA+.

Do ponto de vista ambiental, a região possui rica biodiversidade, com o Rio Guandu e os lagos da Baixada Fluminense, oferecendo grande potencial para ecoturismo e projetos de preservação. O turismo sustentável pode gerar renda ao valorizar o patrimônio histórico, como o Centro Histórico de Santa Cruz, criando um ciclo de preservação e desenvolvimento. Além disso, recursos naturais da região podem ser aproveitados para projetos de energia limpa, como solar e eólica, alinhando-se às tendências de conscientização ambiental e investimentos no setor.

A valorização da economia criativa (IPP, 2015), reflete uma transformação no modelo econômico global, onde criatividade e conhecimento impulsionam o desenvolvimento. A revitalização de Santa Cruz e Campo Grande, ao integrar seu capital cultural, histórico e ambiental, pode transformar essas áreas, promovendo inclusão e desenvolvimento sustentável.

Este policy brief analisa esses fatores e apresenta recomendações para transformar a realidade das pessoas LGBTQIA+ nas regiões de Campo Grande e Santa Cruz, área industrial da cidade. Ao integrar políticas públicas inclusivas e ações paradiplomáticas com práticas de desenvolvimento sustentável, a promoção

de espaços seguros e a participação ativa da comunidade, é possível criar uma infraestrutura habitacional mais justa, segura e acessível para todos.

1.3. Causas da situação atual

Embora existam espaços que buscam oferecer um ambiente acolhedor e inclusivo para pessoas LGBTQIA+ em CG e SC, o sentimento de inabitabilidade ainda prevalece. Esses locais atraem outros grupos vulneráveis, como mulheres cisgênero heterossexuais (GOMES, 2021), o que, eventualmente, também atrai homens cisgênero heterossexuais, que podem acabar dominando o ambiente. Esse processo transforma esses locais, antes considerados seguros e de resistência, em espaços potencialmente tóxicos ou inseguros para as pessoas LGBTQIA+ (JESUS, 2017), comprometendo sua função inclusiva e protetora.

A situação atual das pessoas LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz, no Rio de Janeiro, reflete fatores sociais, econômicos e culturais que perpetuam a discriminação e a violência (MIM, 2019). Normas sociais que sustentam a heteronormatividade (um conjunto de normas sociais, culturais e legais que assume a heterossexualidade como a única forma natural e legítima de orientação sexual) e a cisnormatividade (um conjunto de normas sociais que considera a identidade de gênero cisgênero — ou seja, a identidade de uma pessoa cujo gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascimento — como a única válida e natural) prevalecem na sociedade brasileira (SILVA; GREGORY, 2021), resultando em atitudes discriminatórias e em agressões físicas e verbais, além das psicológicas, gerando impactos profundos sobre as pessoas LGBTQIA+, limitando sua liberdade de expressão, identidade e afeto. Nesses casos, pessoas LGBTQIA+ enfrentam a rejeição e o preconceito, com pais que temem o afastamento social ou o julgamento da comunidade. Como consequência, são mantidos em casa, impedidos de viver suas vidas de forma autêntica, sendo sujeitos à exploração emocional e psicológica, o que os priva de uma vida social saudável e do apoio necessário para seu bem-estar.

Além disso, é necessário ressaltar que as pessoas transsexuais frequentemente enfrentam a objetificação de suas identidades, sendo muitas vezes reduzidas a fetiches ou fantasias sexuais, sem acesso a relações afetivas genuínas

(Galli, 2013). A sociedade as vê, muitas vezes, apenas como objetos de prazer, ignorando sua complexidade enquanto indivíduos com direitos e necessidades emocionais legítimas. Essa objetificação contribui para sua marginalização, negando-lhes a dignidade e o direito a vínculos afetivos autênticos.

A violência psicológica, frequentemente mais insidiosa do que a agressão física, também se manifesta em atitudes e comportamentos que reforçam as normas de gênero e sexualidade. Demonstrando assim, que a pressão constante para se conformar aos padrões heteronormativos expõe as pessoas LGBTQIA+ a uma violência emocional contínua, dificultando sua plena vivência e bem-estar.

Assim, a ausência de políticas públicas específicas agrava a precarização das condições de habitabilidade, com diretrizes frequentemente mal implementadas e incapazes de atender às reais necessidades da população. Esse tipo de política falha devido à falta de sensibilidade na escolha de prioridades, ao foco em questões de curto prazo ou em interesses imediatos, sem uma visão abrangente e de longo prazo que enfrente as desigualdades estruturais. A partir disso, podemos perceber que essa ineficácia, aliada à insuficiência de recursos e à desarticulação entre diferentes esferas de governo e sociedade civil, perpetua a marginalização. Além disso, as difíceis condições socioeconômicas são fatores fundamentais na perpetuação desse ciclo de precarização, afinal, estamos tratando dos territórios com os menores índices de IDHs. As pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade, especialmente nas periferias, enfrentam uma desigualdade que vai além da falta de acesso a serviços de qualidade (Ministério das Cidades, 2024). E quando essas condições se combinam com a violência e a presença de grupos armados, criam um ambiente de insegurança que dificulta ainda mais a implementação das políticas públicas conforme apontado pelas respostas do MIM (2019). Ou seja, a atuação desses grupos não apenas restringe a ação do Estado, mas também enfraquece a participação ativa dessa população nas iniciativas de inclusão, formando um círculo vicioso de ineficácia das políticas sociais. Por fim, a superficialidade das iniciativas de inclusão reforça essa marginalização, pois as ações voltadas para a inclusão social são tratadas de forma pontual e paliativa, sem considerar a profundidade e complexidade das questões envolvidas. Em vez de promover transformações estruturais, essas iniciativas se limitam a ações temporárias ou medidas que não enfrentam as causas profundas

das desigualdades. Como resultado, as políticas públicas, em vez de alterar a realidade das populações marginalizadas, aqui representada pelas pessoas LGBTQIA+, acabam reforçando as desigualdades existentes.

Para transformar a realidade das pessoas LGBTQIA+ no Rio de Janeiro e em outras áreas do Brasil, é imprescindível agir sobre as raízes estruturais da discriminação e exclusão. Nesse cenário, a paradiplomacia desponta como um instrumento estratégico, capacitando governos subnacionais a desempenharem um papel ativo na construção de parcerias internacionais, na adoção de iniciativas locais alinhadas às melhores práticas globais e no fortalecimento de redes de cooperação voltadas à promoção dos direitos humanos e da diversidade. Essa abordagem demanda a implementação de políticas públicas inclusivas, que vão além de garantir direitos legais, buscando promover uma transformação cultural abrangente nas instituições e na sociedade, desafiando preconceitos históricos e fomentando o respeito e a valorização da diversidade em todas as esferas.

As ações intersetoriais, que envolvem diversas esferas do governo e da sociedade civil, são fundamentais para garantir a eficácia dessas políticas (JESUS, 2017). Tais ações devem ir além das abordagens tradicionais, incluindo, por exemplo, educação sobre diversidade sexual nas escolas, capacitação de servidores públicos, e fortalecimento de redes de apoio para a população LGBTQIA+.

Porém, além de políticas públicas eficazes, é importante enfrentar as normas sociais que reforçam estereótipos prejudiciais e a invisibilidade da diversidade sexual. Muitas vezes, a mídia desempenha um papel central nessa dinâmica, perpetuando representações negativas, irreais e distorcidas das pessoas LGBTQIA+, além de silenciar a presença de suas histórias positivas e conquistas. Isso pode ser observado em filmes, programas de TV e campanhas publicitárias, que frequentemente retratam personagens LGBTQIA+ de forma marginalizada ou como objetos de humor. Esse tipo de representação contribui para uma cultura de medo e silêncio, onde muitos se sentem obrigados a esconder sua identidade ou enfrentam hostilidade quando se expressam livremente (SILVA, 2020).

A mídia tem o poder tanto de reforçar quanto de mudar essa narrativa (SILVA, 2019, pg 20). Ao invés de apenas ignorar ou estigmatizar a diversidade, ela pode ser uma ferramenta poderosa para a visibilidade positiva da população LGBTQIA+, destacando suas contribuições para a sociedade e mostrando a

diversidade como uma característica enriquecedora, não como algo a ser temido ou marginalizado. A produção de conteúdos que promovam a representatividade autêntica e positiva de pessoas LGBTQIA+ em diferentes esferas — como no mercado de trabalho, em papéis de liderança, e na vida familiar — pode dismantlar estereótipos e criar um espaço mais inclusivo para todos.

Apesar da existência de diretrizes federais e municipais, a implementação é muitas vezes inoperante ou restritiva (JESUS, 2017). A ausência de programas voltados para a segurança e inclusão de pessoas LGBTQIA+ em áreas periféricas, quando inexitem ou são ineficazes, resultam em ambientes hostis, onde a violência e a discriminação se tornam normas aceitas, exacerbando a exclusão social. Essa falha na implementação de políticas públicas eficazes contribui diretamente para a precarização da vida social e urbana, criando um ciclo de marginalização que afeta a qualidade de vida das pessoas LGBTQIA+. Em vez de proporcionar espaços de proteção e inclusão, a ausência de iniciativas robustas perpetua a vulnerabilidade dessa população, dificultando seu acesso a direitos básicos e seu reconhecimento enquanto cidadãos plenos. Assim, a falta de segurança e de políticas inclusivas resulta não apenas em danos imediatos, mas também em impactos estruturais a longo prazo na integração e convivência urbana.

As condições socioeconômicas nas regiões periféricas também desempenham um papel significativo na situação das pessoas LGBTQIA+, especialmente em bairros como Campo Grande e Santa Cruz, que apresentam alta densidade populacional (GEOFUSION, 2024). Essa realidade aumenta a vulnerabilidade dos indivíduos LGBTQIA+. A falta de acesso a serviços de saúde, educação e emprego contribui para a marginalização dessa população, forçando muitos a viver em situação de risco e pobreza, especialmente as pessoas trans (ANTRA, 2018). Essas condições econômicas precárias tornam as pessoas LGBTQIA+ ainda mais suscetível à violência e à discriminação.

Ademais, o crescimento desordenado de grupos armados, como milícias e facções de tráfico, aumenta o sentimento de insegurança nas comunidades. Esses grupos frequentemente exercem controle sobre o território e impõem regras que limitam a liberdade de expressão e de vida das pessoas (LOURENÇO, 2013). A falta de presença efetiva do Estado nessas áreas (CG e SC), cria um vácuo de poder que esses grupos armados acabam ocupando. A ausência de políticas

públicas eficazes, combinada à corrupção nas instituições de segurança pública, favorece a atuação desses grupos. Quando há desestruturação e falta de fiscalização nas forças policiais e na administração pública, a corrupção facilita a infiltração de facções criminosas e milícias nas comunidades, permitindo-lhes operar com liberdade e, muitas vezes, com a proteção de autoridades corruptas. Esses grupos, ao oferecerem proteção ou serviços nas comunidades, ganham a confiança de parte da população. No entanto, ao mesmo tempo, impõem um controle coercitivo sobre os territórios, gerando uma dinâmica onde a violência se torna uma ferramenta de poder, restringindo a liberdade dos moradores, incluindo e especialmente pessoas LGBTQIA+, que se torna alvo de repressão e violência por não se alinhar às normas impostas por esses grupos. A corrupção institucional, ao enfraquecer as instituições de segurança e justiça, agrava essa situação, tornando ainda mais difícil a erradicação da violência e a promoção da igualdade nas periferias. Assim, a ausência de alternativas de governança e a marginalização histórica dessas comunidades, associadas à corrupção, favorecem o crescimento desses grupos, perpetuando o ciclo de violência, controle e opressão.

Relatos indicam que indivíduos LGBTQIA+ são alvo de violência e ameaças por parte desses grupos, o que os leva a se esconder e a não buscar ajuda (MIM, 2019) como exposto no Box 5. Cria-se assim, um ambiente de medo, onde a violência é normalizada e a possibilidade de apoio institucional se torna escassa.

**Box 5 – Relato de um jovem de 17 anos, morador de
Paciência ao MIM**

Eu estava andando na rua com meus amigos, quando um carro da Light passou e parou logo a frente, tinha dois homens, um deles perguntou o que estávamos fazendo ali, e apontou uma arma pra gente, em nenhum momento paramos de andar, só saímos andando normalmente, sem demonstrar medo, porém ficamos se questionado o porquê daquilo.

Fonte: MIM, 2019.

Atualmente, a homogeneização das atrações e do entretenimento, muitas vezes alinhados ao "capitalismo rosa", contribui para a superficialidade das iniciativas de inclusão. Esse modelo prioriza as demandas de homens cisgêneros, gays, brancos e de classe média, desconsiderando as necessidades específicas de outras identidades LGBTQIA+ (JESUS, 2017). O foco em eventos voltados para esse público frequentemente ignora a diversidade de experiências e a realidade vivida por grupos como lésbicas, trans e não-binários. Essa dinâmica não apenas exclui, mas também transforma espaços originalmente inclusivos em ambientes hostis (ANTRA, 2024). Essas causas inter-relacionadas formam um ciclo vicioso que perpetua a marginalização das pessoas LGBTQIA+. Para transformar essa realidade, é essencial abordar as raízes estruturais por meio de políticas públicas inclusivas e ações intersetoriais. Além disso, a inclusão de pessoas pretas, trans e não brancas em posições de poder é um passo crucial para romper o ciclo de marginalização, pois, quando essas pessoas ocupam espaços de decisão, suas realidades e necessidades são refletidas nas políticas públicas, tornando-as mais eficazes e abrangentes. Sem essa representatividade, as políticas tendem a desconsiderar a interseção entre racismo, transfobia e LGBTQIA+fobia, perpetuando a exclusão.

Sendo assim, garantir acesso à educação de qualidade, qualificação profissional e implementar ações afirmativas são passos fundamentais para possibilitar a ascensão dessas pessoas a cargos de liderança. Além disso, é crucial criar ambientes seguros e livres de discriminação, onde essas pessoas possam desenvolver seu potencial ao máximo.

Dessa forma, lideranças diversas não apenas promovem políticas mais justas, mas também inspiram novas gerações, quebram estigmas e constroem uma sociedade mais equitativa. A diversidade no poder não é apenas uma questão de justiça social, mas de transformação estrutural e de suma importância para a construção de um futuro mais equitativo e justo.

1.4. Efeitos da situação atual

A situação atual enfrentada pela população LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz traz efeitos profundos e abrangentes, impactando não apenas os indivíduos diretamente afetados, mas também a sociedade como um todo (MIM, 2019). O aumento significativo da violência contra essa população é um dos principais efeitos, evidenciado por dados do Grupo Gay da Bahia, que registrou 300 homicídios de pessoas LGBTQIA+ no Brasil em 2020, refletindo uma taxa alarmante em comparação aos anos anteriores. Essa violência se manifesta não apenas por meio de ataques físicos, mas também em agressões verbais, bullying e assédio, criando um ambiente de medo e insegurança que leva muitos a se isolarem ou a evitarem a participação em atividades sociais e comunitárias.

Além disso, o constante estado de insegurança e discriminação resulta em sérios problemas de saúde mental, com estudos mostrando que as pessoas LGBTQIA+ apresenta taxas elevadas de depressão, ansiedade e ideação suicida (ANTRA, 2024). Um relatório do Centro de Estudos de Política e Saúde revela que 61% dos jovens LGBTQIA+ no Brasil (2023) já consideraram o suicídio, agravado pela falta de apoio e recursos adequados, como serviços de saúde mental inclusivos que reconheçam suas especificidades.

O isolamento social é um fator que merece destaque, uma vez que muitos indivíduos LGBTQIA+ enfrentam a rejeição de suas famílias e comunidades, o que impede a formação de redes de apoio e integração social. Essa exclusão não apenas prejudica a autoestima e a qualidade de vida, mas também limita o acesso a espaços sociais e culturais onde a diversidade é celebrada. Isso perpetua estigmas e reforça a marginalização (FREITAS; PIMENTA; CAVALCANTE, 2021), além de consolidar normas heteronormativas e cisnormativas na sociedade. O silêncio em torno da violência contra pessoas LGBTQIA+ e a falta de visibilidade de suas experiências perpetuam a ideia de que a diversidade não é aceitável, afetando diretamente a construção de uma cultura inclusiva e a possibilidade de um futuro mais equitativo.

Em um nível mais amplo, a situação das pessoas LGBTQIA+ nas comunidades e periferias do Rio de Janeiro levanta questões sérias sobre a eficácia das políticas públicas e a proteção dos direitos humanos, especialmente

no que diz respeito à noção de habitabilidade. A habitabilidade, entendida como o direito a viver em condições seguras, dignas e com acesso a espaços sociais inclusivos e acolhedores, é comprometida pela ineficácia das ações governamentais para abordar a discriminação e a violência contra essa população.

A falta de políticas públicas adequadas e a ausência de um ambiente seguro para as pessoas LGBTQIA+ nas comunidades agravam as condições de marginalização, dificultando o acesso a serviços básicos e promovendo a exclusão social (OHCHR, 2015). Além disso, essa realidade pode resultar em condenações internacionais e em uma reputação negativa do Brasil em relação aos direitos humanos, uma vez que a habitabilidade também está atrelada ao cumprimento de normas e compromissos internacionais de proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Ou seja, a incapacidade de garantir espaços de convivência seguros e livres de discriminação em CG e SC expõe a falha nas políticas públicas, o que coloca em risco o bem-estar e a dignidade dessa população e impede que ela desfrute plenamente de seus direitos civis e humanos. Como apontado por diversos relatórios da ONU, como o do Comitê de Direitos Humanos da ONU, há uma necessidade urgente de o Brasil avançar na proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+, implementando políticas públicas eficazes e a criação de espaços seguros para essas pessoas, especialmente em locais mais vulneráveis, como as favelas e as periferias das grandes cidades.

Internacionalmente, o Brasil tem sido alvo de críticas por não garantir de fato a segurança e os direitos humanos dessas pessoas, o que compromete sua credibilidade em esferas como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o slogan "Não Deixar Ninguém para Trás". Como pode o país defender a promoção de direitos humanos globalmente, enquanto falha em proteger uma parte de sua própria população? Isso gera um conflito de credibilidade quando o Brasil se posiciona contra ataques a direitos humanos em outros países, mas não trata com seriedade a questão da LGBTQIA+fobia dentro de suas próprias fronteiras (U.S DEPARTMENT OF STATES, SECTION 6, 2023).

Além disso, a ausência de políticas públicas efetivas em relação às métricas ESG (Environmental, Social and Governance) para pessoas LGBTQIA+ pode gerar impactos significativos não apenas no âmbito social, mas também econômico (ORSOLIN, 2023). Em um cenário global onde princípios de

responsabilidade social, diversidade e inclusão são cada vez mais valorizados, denúncias de violações de direitos humanos podem se tornar barreiras econômicas para o Brasil. Empresas internacionais, investidores e organizações globais têm demonstrado preocupação com essas questões, e práticas discriminatórias podem levar a boicotes, suspensão de investimentos ou dificuldades em atrair capital estrangeiro. Essa tendência reflete um contexto onde fatores sociais e de direitos humanos são determinantes para decisões de investimento. No Brasil, organizações listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 têm se esforçado para incorporar a diversidade e inclusão em suas estruturas, buscando alinhar-se às exigências globais de mercado (QUARTUCCI, 2022). Embora haja progresso, ainda há um longo caminho para que a composição da força de trabalho dessas empresas reflita a demografia do país. Este cenário destaca a importância de medidas efetivas para proteger e promover os direitos LGBTQIA+, não apenas como uma questão de justiça social, mas também como um imperativo econômico. Assim, a implementação de políticas inclusivas pode posicionar o Brasil como um destino mais atrativo para investimentos, alinhando-se às expectativas globais de ESG e respeito aos direitos humanos.

Em relação às denúncias em fóruns internacionais, há exemplos de organizações como a Human Rights Watch (2022) e a Amnesty International (2019), que têm chamado a atenção para a falta de proteção efetiva das pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Em particular, casos de violência policial e discriminação institucional, que ocorrem com frequência nas periferias, são regularmente denunciados em sessões do Comitê de Direitos Humanos ONU e outros espaços internacionais, o que coloca o país em uma posição difícil em relação à sua imagem global.

Esses pontos de falha, aliado ao número alarmante de feminicídio no país (1.463 em 2023 segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública), podem afetar diretamente a credibilidade do Brasil como líder no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente no que diz respeito à promoção da igualdade de gênero e redução das desigualdades (ODS 5 e 10). No entanto, além das implicações sociais e econômicas, esses problemas impactam de forma significativa a habitabilidade, um conceito fundamental para este trabalho. Em outras palavras, a habitabilidade, entendida como o direito a viver em condições dignas e seguras, é diretamente

comprometida quando o Estado falha em garantir a segurança e os direitos de grupos vulneráveis, como as pessoas LGBTQIA+ nas periferias. Portanto, o Brasil enfrenta um desafio não apenas interno, mas global, que exige ações imediatas e robustas para garantir que as políticas públicas atendam de fato às necessidades da população marginalizada, assegurando uma habitabilidade plena e digna. Isso implica uma abordagem integrada que considere a promoção da igualdade, a segurança e a construção de um ambiente urbano que seja inclusivo e capaz de garantir os direitos fundamentais de todos, especialmente nas áreas mais vulneráveis.

Os efeitos da marginalização das pessoas LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz têm repercussões que vão além dos indivíduos afetados, impactando a saúde mental, a inclusão social e o desenvolvimento econômico, como evidenciam os relatos ao MIM (2019). Para reverter esse ciclo, é fundamental implementar políticas públicas que promovam a inclusão, a proteção e a valorização da diversidade. Comunidades que excluem partes de sua população não conseguem prosperar plenamente, resultando em um ciclo de pobreza e exclusão que prejudica o desenvolvimento social e econômico, em desacordo com o lema “Não Deixar Ninguém para Trás” da Agenda 2030 da ONU.

É importante destacar que a pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador em várias esferas da sociedade, afetando particularmente as pessoas LGBTQIA+ (AZEVEDO; SILVA, 2021). Dados indicam que seis em cada dez pessoas LGBTQIA+ enfrentaram uma redução significativa ou perderam completamente sua renda durante esse período (AZEVEDO; SILVA, 2021). Além disso, um estudo revelou que 55,1% dos respondentes relataram uma piora em sua saúde mental (SANTANA; MELO, 2021). As taxas de depressão severa e ansiedade aumentaram em 8% e 2%, respectivamente (SANTANA; MELO, 2021). O isolamento social, necessário para conter a disseminação do vírus, intensificou a sensação de solidão e exclusão já vivenciada por muitos indivíduos LGBTQIA+, especialmente aqueles que enfrentam rejeição familiar e comunitária (SANTANA; MELO, 2021). O fechamento de espaços sociais, como bares, festas e eventos culturais, que costumavam servir como refúgios e ambientes de aceitação, agravou ainda mais a situação, privando essa população de lugares seguros para expressar sua identidade e interagir socialmente. Dessa forma, fica evidente que a falta de apoio governamental e a ausência de políticas específicas

para essas pessoas durante a pandemia resultaram em uma precarização das condições de vida, aumentando a vulnerabilidade social e econômica.

1.5. Objetivo central e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O objetivo central deste policy brief é oferecer recomendações a atores sociopolíticos e econômicos que atuam nas áreas de segurança, saúde e inclusão social, visando orientá-los e auxiliá-los na execução de ações que melhorem as condições de habitabilidade para as pessoas LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Essas ações devem incluir campanhas de conscientização, fomentar a participação dessa população no ensino superior e a criação de espaços dedicados à profissionalização dessa população, proporcionando acesso a oportunidades de trabalho e capacitação. Além disso, é fundamental o fortalecimento de iniciativas de proteção, como a Sala da Mulher Cidadã, uma ação da Secretaria das Mulheres da Prefeitura, que oferece apoio e proteção a mulheres vítimas de violência, mas que também pode ser ampliada para abranger as pessoas LGBTQIA+ em situações semelhantes de vulnerabilidade.

As principais recomendações incluem a instituição de uma pesquisa municipal sobre as condições de vida da população LGBTQIA+, que visa levantar dados relevantes para a elaboração de políticas públicas mais efetivas. Nesse contexto, o apoio internacional pode ser fundamental para garantir que as políticas sejam inclusivas e alinhadas com os padrões globais de direitos humanos. A UN Habitat, por exemplo, pode fornecer assistência técnica e metodológica para a realização dessa pesquisa. Sua expertise em políticas urbanas inclusivas poderia ajudar a coletar e analisar dados de forma que reflitam as realidades locais das pessoas LGBTQIA+, promovendo um entendimento mais profundo das condições de vida dessa população nas áreas urbanas. A colaboração com a UN Habitat também poderia garantir que as políticas propostas estejam em conformidade com os princípios internacionais de igualdade e respeito aos direitos humanos. Além disso, ONGs locais e internacionais, como a ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association) e a Human Rights Watch, podem oferecer suporte crucial na implementação da pesquisa e garantir que os dados

coletados sejam usados de forma transparente e efetiva. Essas organizações já desempenham papéis chave na advocacia e promoção de direitos LGBTQIA+ e poderiam ajudar a estruturar a pesquisa de forma a abordar as especificidades de segurança, saúde mental, habitação e outros direitos essenciais. No âmbito dos Princípios de Yogyakarta, que abordam a aplicação do direito internacional dos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (Princípios de Yogyakarta mais 10, 2017), é importante que a pesquisa municipal siga as diretrizes estabelecidas para garantir que as políticas públicas estejam alinhadas com os compromissos internacionais de respeito à diversidade e não-discriminação. Esses princípios são um marco internacional que orienta a formulação de políticas que respeitem as identidades e os direitos das pessoas LGBTQIA+.

Também se propõe a criação de um selo para mapear estabelecimentos seguros para a população LGBTQIA+ em todo o município do Rio, oferecendo capacitações de atendimento para garantir a qualidade dos serviços prestados a essa população, seguindo as diretrizes federais.

Essas recomendações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (especialmente lésbicas e as transgênero), é especialmente relevante, pois as campanhas de conscientização e a formação de um Comitê LGBTQIA+ são fundamentais para combater a discriminação; 10, que visa reduzir a desigualdade dentro e entre os países, e as recomendações de realizar uma pesquisa municipal e criar parcerias buscam garantir que a população LGBTQIA+ tenha acesso a espaços seguros e oportunidades iguais; 11, por sua vez, tem como objetivo tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o que se relaciona diretamente com a formação de um Comitê LGBTQIA+; 16, que promove sociedades pacíficas e inclusivas, garantindo acesso à justiça para todos, enquanto as ações recomendadas têm como foco garantir a habitabilidade da população LGBTQIA+ e combater a discriminação; Por fim, o ODS 17 enfatiza a importância de parcerias entre diferentes setores, refletindo-se na criação de colaborações com ONGs e instituições privadas para implementar ações eficazes e sustentáveis.

2. Um por Todos, Todos por Um

A introdução deste policy brief contextualiza o estudo da habitabilidade, tendo como base a experiência de Santiago do Chile como exemplo de aplicação de melhorias em diversos segmentos. Para estruturar a análise, utiliza-se o Índice de Progresso Social (IPS), que engloba três dimensões principais: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Manutenção dos Níveis de Bem-Estar. O documento concentra-se em 3 componentes específicos dentro das 12 dimensões do IPS, aprofundando-se em um indicador de cada componente:

Necessidades Humanas Básicas: Componente de Segurança Pessoal, com análise focada na Taxa de Homicídio, que reflete a gravidade da violência urbana e sua influência na qualidade de vida.

Fundamentos do Bem-Estar: Componente de Saúde, Bem-Estar e Meio Ambiente, com foco no indicador Moradia e Saúde Mental, explorando como as condições habitacionais afetam o bem-estar emocional e físico.

Manutenção dos Níveis de Bem-Estar: Componente de Liberdades Individuais, analisando o indicador Participação Política, essencial para garantir representatividade e inclusão no processo decisório.

O projeto Manual do Início do Mundo (MIM) reforça essa necessidade ao evidenciar a relevância de incluir a população LGBTQIA+ nos processos de formulação de políticas públicas. Essa iniciativa mostrou como a representatividade nos territórios periféricos, como Santa Cruz e Campo Grande, pode promover soluções adaptadas às demandas específicas dessa população. Com base em dados e narrativas locais, o MIM apresenta um modelo de engajamento social que dialoga diretamente com os princípios do IPS, priorizando segurança, saúde e participação política como pilares para construir cidades mais habitáveis e inclusivas à luz da paradiplomacia.

A experiência de Santiago demonstra como políticas públicas voltadas à segurança, moradia e participação política podem impactar positivamente a habitabilidade, destacando práticas que podem inspirar adaptações no contexto carioca.

2.1. Como a violência se apresenta aos LGBTQIA+ de Campo Grande e Santa Cruz

A violência enfrentada pelos jovens, especialmente aqueles que se identificam como LGBTQIA+, se apresenta de diversas formas e se manifesta em contextos variados, evidenciada no BOX 6. Segundo o Mapa da Violência (2024), a juventude brasileira, e particularmente a juventude LGBTQIA+ e preta, é uma das mais afetadas por essa realidade cruel. A seguir, analisaremos as formas como essa violência se manifesta aos jovens de Campo Grande e Santa Cruz, com base nos relatos e nos dados do MIM.

Um dos aspectos mais alarmantes é a prevalência de agressões físicas contra jovens LGBTQIA+ (MIM, 2019). Esses jovens frequentemente se tornam alvos de ataques brutais, tanto em espaços públicos quanto em ambientes que deveriam ser seguros (residência). Relatos indicam que muitos foram espancados simplesmente por se apresentarem de forma afeminada, por expressarem sua sexualidade ou por estarem na companhia de outra pessoa do mesmo sexo. Esses episódios de violência muitas vezes começam com uma aproximação, como se a pessoa LGBTQIA+ fosse obrigada a ser amigável o tempo todo, em conformidade com estereótipos promovidos pela mídia (MIM, 2019). Essa expectativa coloca uma pressão indevida sobre essas pessoas, tornando-as vulneráveis a agressões quando não se encaixam em normas sociais rígidas. A violência é, em muitas ocasiões, perpetrada por grupos de indivíduos, evidenciando a formação de uma cultura de ódio e impunidade (MIM, 2019).

A violência sexual é outra faceta cruel dessa realidade. Jovens LGBTQIA+, especialmente mulheres cis ou trans, frequentemente enfrentam situações de assédio em espaços públicos, como ônibus, ruas e festas (MIM, 2019). Esses episódios não apenas expõem as vítimas a traumas físicos e emocionais, mas também criam um ambiente de medo constante, onde a expressão da identidade sexual ou de gênero é considerada uma provocação. O assédio sexual é, portanto, um ataque à autonomia e dignidade das vítimas (MIM, 2019; UN, 2021)

Os ataques verbais são uma forma de violência que permeia a vida cotidiana de jovens LGBTQIA+ (MIM, 2019; UN, 2021). Comentários homofóbicos, xingamentos e humilhações são comuns em ambientes escolares, de

trabalho e em espaços públicos. Esses atos não só desumanizam os indivíduos, mas também criam um clima de terror que impacta profundamente a saúde mental dos jovens. A internalização dessa violência pode resultar em depressão, ansiedade e até mesmo suicídio.

A violência institucional se manifesta quando as autoridades, incluindo a polícia, perpetuam ou ignoram atos de violência contra as pessoas LGBTQIA+ (MIM, 2019). Jovens relataram experiências de abordagem policial desproporcional e abusiva, onde foram tratados como criminosos apenas por sua aparência ou comportamento. Essa violência institucional deslegitima a identidade e os direitos dos jovens, criando um ciclo vicioso de opressão.

Na escola, o bullying é uma das formas mais cruéis de violência enfrentadas pelos jovens LGBTQIA+ (MIM, 2019; UN, 2021). Os relatos de agressões físicas, psicológicas e exclusão social são comuns e resultam em evasão escolar. O ambiente educacional, que deveria ser um espaço de aprendizado e aceitação, se torna uma arena de hostilidade, levando muitos a se sentirem isolados e sem apoio.

Os impactos da violência sobre a saúde mental dos jovens LGBTQIA+ são profundos (SANTANA; MELO, 2021). A constante exposição à violência física e psicológica pode resultar em transtornos de ansiedade, depressão e aumento do risco de suicídio como já cometendo anteriormente. A falta de apoio social e institucional agrava essa situação, deixando os jovens vulneráveis e sem recursos para lidar com os traumas vividos.

Os relatos do MIM (2019) corroboram os dados da ONU (2021), que destacam a vulnerabilidade desproporcional enfrentada pela população LGBTQIA+ globalmente, especialmente em regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas. Segundo a ONU, indivíduos LGBTQIA+ frequentemente vivenciam exclusão social, discriminação e violência, o que os expõe a riscos de saúde mental e física agravados pela falta de políticas públicas inclusivas. O MIM, ao documentar as experiências locais a partir de Santa Cruz e Pavuna, reflete esse panorama glocalmente, evidenciando como preconceitos estruturais se traduzem em limitações concretas ao direito à segurança, saúde e participação cidadã.

Esses dados reforçam a necessidade de ações integradas, como programas paradiplomáticos educativos para a promoção da aceitação e valorização da

diversidade, políticas de segurança pública que priorizem a proteção de grupos vulneráveis e iniciativas que combatam a LGBTQIA+fobia em todas as suas manifestações. Isso se alinha às recomendações globais da ONU, que defendem a criação de ambientes habitáveis e inclusivos como passos fundamentais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os ODS 5, 10 e 16.

Com isso em vista, a integração de práticas paradiplomáticas inspiradas em Santiago do Chile apresenta uma oportunidade valiosa para enfrentar os desafios específicos de segurança pública e habitabilidade vivenciados pelas pessoas LGBTQIA+ nas regiões de Campo Grande (CG) e Santa Cruz (SC), no Rio de Janeiro. Santiago tem se destacado por implementar políticas de segurança urbana que combinam tecnologia avançada, policiamento preventivo e engajamento comunitário, resultando em uma redução significativa nos índices de criminalidade e na criação de ambientes mais inclusivos e seguros.

Estabelecer um intercâmbio entre agentes de segurança pública do Rio de Janeiro e Santiago do Chile permitiria a transferência e adequação de práticas bem-sucedidas adaptadas às realidades locais de CG e SC. A integração de tecnologias de monitoramento em tempo real, formações policiais com foco em direitos humanos e LGBTQIA+fobia, e programas comunitários para fomentar a confiança entre as forças de segurança e a população poderiam contribuir para a criação de ambientes mais seguros e inclusivos. Para as pessoas LGBTQIA+ dessas regiões, isso significaria um aumento no acesso a espaços seguros e protegidos, ampliando a habitabilidade.

Os resultados do (MIM) evidenciam a importância de uma abordagem mais holística da habitabilidade, que vai além da simples proteção contra a violência. Embora a segurança seja uma condição essencial, a habitabilidade também inclui o acesso a serviços como saúde mental, apoio psicológico, educação inclusiva e a criação de espaços de habitabilidade que promovam a integração das pessoas LGBTQIA+. O projeto revelou que, sem políticas públicas adequadas, a marginalização dessa população se estende não só à sua segurança física, mas também afeta sua saúde emocional. Portanto, garantir a habitação inclusiva e com suporte psicossocial seria uma medida de grande impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas LGBTQIA+.

O intercâmbio paradiplomático proposto com Santiago deve ser complementado por políticas públicas que abordem essas diversas dimensões da habitabilidade. Embora a segurança física seja necessária, ela não é suficiente por si só. A criação de espaços de habitabilidade inclusiva deve ser complementada com apoio a serviços de saúde mental, a promoção da saúde e a criação de políticas de inclusão que integrem as pessoas LGBTQIA+ em todas as esferas sociais. Essa abordagem contribuiria para transformar as regiões de CG e SC em lugares mais inclusivos, permitindo que as pessoas LGBTQIA+ vivam com mais dignidade e participem plenamente da sociedade.

Box 6 – Relato de um jovem de 23 anos, morador de Santa Cruz ao MIM

Passei por inúmeros casos de transfobia pelo rio de janeiro, mas uma das vezes aconteceu num festival de rap onde por estar sem camisa e com minha marca da mastectomia a mostra. fui espancado inúmeras vezes e assistido por dezenas de pessoas que não fizeram nada, foi necessário um segurança separa-lo de mim, e o agressor me dizia que era pra eu aprender a “ser homem de verdade” **Ao ser indagado sobre sua estratégia de segurança:** “Infelizmente, eu evito mostrar que sou trans, seja falando publicamente sobre isso ou expondo alguma parte do meu corpo.” **Essa declaração reflete o medo constante que muitos sentem de serem alvo de violência ou discriminação. A necessidade de esconder quem somos para garantir a própria segurança é um triste reflexo da sociedade em que vivemos, onde a autenticidade é muitas vezes suprimida pelo temor da violência.**

Fonte: MIM, 2019.

2.2. O impacto da saúde mental e da moradia na qualidade de vida da população LGBTQIA+ de Santa Cruz e Campo Grande

O direito de ir e vir, garantido pela Constituição Federal, e o acesso à moradia digna são fundamentais para assegurar uma vida plena e igualitária, como reforçado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 11.

Contudo, as pessoas LGBTQIA+ das regiões de Santa Cruz e Campo Grande enfrentam desafios específicos relacionados à precariedade habitacional e exclusão social, assim como diversas outras periferias brasileiras (Secretaria Nacional de Periferias, 2024). Embora não se possa afirmar que uma parcela significativa dessa população seja composta por indivíduos expulsos de suas casas devido à rejeição familiar, é inegável que a rejeição agrava as condições de vulnerabilidade (SANTANA; MELO, 2021). Essa rejeição familiar, somada às dificuldades econômicas, força muitos indivíduos a ocupar habitações insalubres, informalmente ou em áreas de risco, sem acesso a serviços básicos e infraestrutura adequada.

A situação torna-se ainda mais preocupante quando combinada com a falta de políticas públicas que tratem dessas questões de maneira interseccional, abordando tanto a habitabilidade quanto a inclusão social. A saúde mental da população LGBTQIA+ também é profundamente afetada pela rejeição, discriminação e exclusão, com consequências como altos índices de depressão e ansiedade (SANTANA; MELO, 2021). Nesse contexto, a precariedade habitacional, a ausência de apoio familiar e o estresse diário contribuem para a deterioração do bem-estar dessa população.

As mudanças climáticas desempenham um papel crucial nas desigualdades ambientais e sociais que afetam Santa Cruz (Casa Fluminense, 2020). A elevação do nível do mar, prevista por estudos da Climate Change e publicado pela CNN (2021), pode submergir partes dessa região, especialmente áreas próximas a SC, colocando em risco as comunidades de baixa renda, que já enfrentam dificuldades em termos de infraestrutura e acesso a serviços básicos. A concentração de indústrias no distrito industrial (SC) contribui para a poluição do ar, intensificando problemas de saúde para os moradores, já vulneráveis (Coletivo Martha Trindade, 2024; Centro de Pesquisa em Energia e Ar Limpo - CREA, 2024). Além disso, as enchentes recorrentes e a crescente temperatura, exacerbada pela urbanização desordenada e pela escassez de áreas verdes, criam condições insalubres, afetando a qualidade de vida de quem vive nessas regiões. À primeira vista, pode não parecer haver uma relação direta, mas a interconexão entre as questões ambientais e sociais é evidente: a vulnerabilidade climática intensifica as desigualdades preexistentes, expondo ainda mais as populações aos impactos das mudanças climáticas, como a perda de terras, a degradação ambiental e a deterioração da

saúde pública. Isso ocorre de maneira mais acentuada em comunidades já marginalizadas (CASA FLUMINENSE, 2023), onde a falta de infraestrutura e o acesso limitado a serviços essenciais agravam os efeitos de fenômenos climáticos como a elevação do nível do mar e as enchentes recorrentes.

Santiago, no Chile, oferece um exemplo paradiplomático valioso de como políticas públicas podem abordar essas questões de forma integrada. Na capital chilena, além de iniciativas habitacionais que priorizam grupos marginalizados, há programas de suporte psicológico e inclusão econômica para as pessoas LGBTQIA+. Centros comunitários oferecem não apenas abrigos temporários, mas também capacitação para inserção no mercado de trabalho e programas de assistência jurídica e psicológica. A regulamentação de moradias inclusivas e a transparência na distribuição de recursos habitacionais são práticas que podem inspirar ações semelhantes no Rio de Janeiro, adaptadas às especificidades locais.

No contexto do Rio, a implementação de políticas habitacionais que reconheçam a interseccionalidade (conceito desenvolvido pela jurista e acadêmica Kimberlé Crenshaw, que busca entender como diferentes identidades sociais, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, e outras, se interligam e se sobrepõem, afetando as experiências de discriminação e opressão de indivíduos) das demandas das pessoas LGBTQIA+ é substancial. Isso inclui assegurar moradias acessíveis em áreas com infraestrutura, investir em espaços seguros, além de criar iniciativas de capacitação profissional e apoio psicológico. Adicionalmente, políticas ambientais que promovam arborização e adaptação climática, como sistemas de drenagem eficientes e saneamento básico, podem mitigar os efeitos das mudanças climáticas nessas regiões.

Ao considerar as experiências de Santiago e adaptar estratégias para o contexto carioca, é possível promover um ciclo virtuoso de inclusão social e redução de vulnerabilidades. A integração de políticas habitacionais, suporte à saúde mental e adaptação ambiental, além da promoção de diálogos entre a sociedade civil e o governo, pode transformar significativamente a qualidade de vida das pessoas LGBTQIA+ em Santa Cruz e Campo Grande, promovendo cidades mais justas e resilientes, como preconizado pelo ODS 11. No entanto, existem diversos obstáculos à adaptação de tais estratégias no contexto carioca. Primeiramente, a falta de recursos financeiros e humanos para implementar

políticas públicas de forma eficaz é um desafio significativo, especialmente considerando as limitações orçamentárias do município. Além disso, a resistência de setores conservadores e a falta de representatividade política de grupos marginalizados dificultam a adoção de práticas inclusivas e transformadoras.

Outro obstáculo significativo é a falta de dados atualizados e específicos sobre as pessoas LGBTQIA+, o que dificulta a criação de políticas públicas realmente eficazes e direcionadas às necessidades dessa população. Além disso, o cenário de violência e discriminação, frequentemente presente nas periferias, torna-se uma barreira adicional para a implementação de estratégias de habitabilidade adequadas. Esse ambiente de hostilidade, somado à falta de políticas públicas inclusivas, exige que a transição para um modelo mais justo e inclusivo dependa de um compromisso contínuo entre os setores público, privado e sociedade civil, trabalhando juntos para superar as barreiras estruturais que ainda impedem a criação de ambientes verdadeiramente seguros e acolhedores para as pessoas LGBTQIA+.

2.3. A representatividade política como ferramenta de inclusão para pessoas LGBTQIA+ em Santa Cruz e Campo Grande

A participação cidadã é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura a todos os cidadãos o direito de contribuir para os rumos dos assuntos públicos, seja por meio de candidaturas a cargos eletivos, da formulação de políticas ou do acesso igualitário às funções públicas. Esse princípio é reforçado pelos Princípios de Yogyakarta (2006), que destacam a necessidade de eliminar estereótipos e barreiras que restrinjam a participação de pessoas LGBTQIA+ na vida política e pública. Esses direitos, quando alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), criam uma base sólida para promover uma sociedade mais inclusiva e participativa.

Em Santa Cruz e Campo Grande, a ausência de políticas públicas inclusivas reflete uma lacuna de participação das pessoas LGBTQIA+ nos processos decisórios. A construção de políticas eficazes exige o envolvimento ativo dessas pessoas, assegurando que suas demandas por moradia digna, acesso à

saúde mental e espaços sociais seguros sejam atendidas, tal como o programa Territórios Sociais da Prefeitura do Rio em parceria com a ONU Habitat. Por exemplo, iniciativas como a revisão de leis locais para fomentar discussões de diversidade e a criação de conselhos locais LGBTQIA+ podem garantir a formulação de políticas que promovam a habitabilidade.

A experiência de Santiago do Chile fornece um exemplo valioso de como a representatividade política pode transformar realidades locais (Agência Brasileira de Cooperação, 2024). Movimentos como o Movilh desempenharam um papel ativo na aprovação de leis antidiscriminatórias e na promoção de campanhas que desconstróem estereótipos sobre a comunidade LGBTQIA+ (COLLING, 2015, pg 39). Essas iniciativas não apenas garantiram a segurança e os direitos civis das pessoas LGBTQIA+, mas também criaram espaços urbanos mais inclusivos e habitáveis. Portanto, o engajamento político no Chile demonstra que ações integradas entre sociedade civil, governo e instituições públicas podem gerar mudanças estruturais duradouras.

No contexto de SC e CG, adaptar essas lições seria um passo importante para fomentar a participação. Criar conselhos LGBTQIA+ locais para dialogar com o poder público, implementar regulamentações que promovam a diversidade nos serviços governamentais e oferecer programas educacionais sobre inclusão podem fortalecer o respeito à diversidade e fomentar o desenvolvimento da cidade.

Além disso, a representatividade política é uma ferramenta poderosa para transformar as condições de habitabilidade nas periferias (Secretária Nacional das Periferias, 2024). Lideranças LGBTQIA+ brasileiras, como Marielle Franco (assassinada politicamente) e Erika Hilton, exemplificam como a presença de pessoas LGBTQIA+ em cargos eletivos pode promover mudanças que beneficiam toda a sociedade. Elas demonstram que, ao ocupar posições de poder, a população LGBTQIA+ fortalece a luta por direitos específicos, como a segurança, e também impulsiona políticas públicas que atendem a demandas universais, como moradia, trabalho, educação e saúde para todos. No entanto, vale e deve-se destacar que o assassinato de Marielle Franco é um triste reflexo da resistência a essas mudanças e do silenciamento de pautas que priorizam a inclusão e a habitabilidade. O crime evidencia a dificuldade que as pautas progressistas, especialmente as que envolvem direitos humanos e inclusão, enfrentam no Brasil. Isso marca uma

diferença significativa em relação a Santiago do Chile, onde, apesar das dificuldades, a presença de lideranças LGBTQIA+ em espaços políticos e a promoção de políticas públicas inclusivas têm sido mais acentuada, demonstrando que o diálogo e a participação ativa da sociedade são possíveis e fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

A integração de políticas inspiradas nos modelos chilenos, adaptadas às realidades locais de SC e CG, pode trazer avanços substanciais na promoção de territórios mais habitáveis. Alinhar essas ações paradiplomáticas aos compromissos internacionais e constitucionais reforça a importância de uma participação cidadã efetiva, que valorize a diversidade como um pilar central para o desenvolvimento sustentável. Garantir que as pessoas LGBTQIA+ de SC e CG tenham seus direitos políticos respeitados não é apenas um compromisso legal e moral, mas também uma oportunidade de criar espaços urbanos mais dinâmicos e acolhedores, onde a dignidade humana e a inclusão sejam prioridades. Por meio de uma participação cidadã ativa e da implementação de políticas públicas inclusivas, é possível construir um futuro onde todos tenham as mesmas oportunidades para prosperar.

2.4. Santiago do Chile e o concerto harmonioso

O Chile, especialmente Santiago, com uma população de aproximadamente 7.1 milhões (Governo do Chile, 2017), apresenta números semelhantes ao município do Rio de Janeiro, que atualmente possui cerca de 6.2 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Apesar das similaridades populacionais, Santiago se destaca na implementação de políticas inclusivas para pessoas LGBTQIA+, enquanto o Rio ainda enfrenta desafios nesse campo.

As políticas chilenas de inclusão são exemplificadas pela lei (Lei N° 21.227, aprovada em 2020) que assegura a representação de minorias na televisão, o que promove uma visibilidade positiva das pessoas LGBTQIA+ e combate estereótipos, contribuindo para a aceitação social (MOVILH, 2023). Essa iniciativa é acompanhada por uma forte presença de ONGs, como o Movilh, que pressiona o governo por uma série de reformas, transparência e proteção dos

direitos LGBTQIA+ desde os anos 90, incluindo o acesso a dados sobre famílias homoparentais e a promoção de leis contra a discriminação.

No Rio de Janeiro, movimentos LGBTQIA+ têm uma história rica e diversa, marcada por mobilizações culturais e festividades, como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ e blocos carnavalescos voltados a essa população (SILVA, 2017). Contudo, diferentemente de Santiago, onde grupos como o Movilh exercem influência direta nas políticas governamentais e colaboram ativamente com o governo, os movimentos do Rio enfrentam desafios maiores de organização política devido à fragmentação e à dificuldade de diálogo com o setor público. No Chile, a aliança entre ativismo e poder público facilitou a aprovação de leis inclusivas, enquanto no Rio a luta por direitos é frequentemente obstruída por barreiras institucionais e pela ausência de necessidade, que, por sua vez, dá todo o enfoque em questões relacionadas à segurança e violência, quase sempre destacando algo de ruim que aconteceu com algum indivíduo da sigla. Em um caso recente no Chile, o Conselho para a Transparência acolheu um pedido do Movilh para garantir a publicação de estatísticas do Registro Civil sobre famílias LGBTQIA+, uma vitória importante que ajuda a visibilizar essas famílias e a basear políticas públicas em dados reais (MOVIIH, 2024).

Outro aspecto significativo é a colaboração entre o governo chileno, ONGs e empresas locais. As empresas em Santiago são incentivadas a promover ambientes de trabalho inclusivos e a apoiar campanhas de conscientização em conjunto com organizações e o governo. Esse apoio não só aumenta a aceitação social, mas também gera impactos econômicos positivos, já que a inclusão atrai profissionais qualificados e turistas que buscam um ambiente seguro e respeitoso (SGI, 2020). A inclusão da diversidade como valor empresarial e social fortalece a economia local e contribui para o desenvolvimento sustentável da cidade.

As ações do Chile não apenas aumentaram a segurança e a qualidade de vida para pessoas LGBTQIA+, mas também ajudaram a posicionar Santiago como uma cidade de vanguarda em direitos humanos, sobretudo os LGBTQIA+. Esses avanços são evidentes em políticas como a união civil e a lei de identidade de gênero, que garantem direitos fundamentais e melhoram o acesso à cidadania plena. Com essas conquistas, o Chile demonstra um forte compromisso com os

direitos humanos, destacando sua capacidade de implementar políticas inclusivas que servem de modelo para países com desafios semelhantes, como o Brasil. No entanto, o Brasil enfrenta obstáculos específicos que dificultam a replicação dessas políticas, especialmente no setor empresarial. Tais políticas, relacionadas aos direitos LGBTQIA+, encontram resistência não apenas por parte de CEOs e funcionários, mas também de segmentos da sociedade civil, que associam os direitos LGBTQIA+ a custos adicionais, o que compromete a implementação de iniciativas inclusivas no ambiente corporativo. Além disso, a complexidade da implementação dessas políticas é agravada pela falta de conscientização social e pelas pressões políticas internas, criando um ambiente de resistência às mudanças. A resistência empresarial, aliada ao receio de custos percebidos, pode criar barreiras adicionais à execução de políticas inclusivas. Essas dificuldades tornam a adaptação do modelo chileno mais desafiadora no Brasil, exigindo uma análise cuidadosa das condições locais e o enfrentamento de obstáculos para garantir que essas medidas possam ser efetivamente implementadas no país. Assim, é fundamental abordar não só os avanços conquistados, mas também os obstáculos estruturais que precisam ser superados para que as medidas sejam bem-sucedidas no contexto brasileiro.

Para que o Rio de Janeiro trilhe um caminho semelhante ao de Santiago, é fundamental reconhecermos a importância da colaboração entre governo, ONGs e empresas para promover uma sociedade mais inclusiva. Isso inclui não apenas a criação de leis, mas também a implementação de ações educativas e de conscientização em todos os bairros da cidade. No entanto, ao considerar a replicação de modelos bem-sucedidos como o de Santiago, é essencial levar em conta os desafios adicionais enfrentados por áreas como SC e CG, pois essas regiões sofrem com uma combinação de fatores complexos que agravam a insegurança, muitos dos quais são exacerbados pela atuação tanto de agentes estatais quanto de atores não-estatais.

A presença de organizações criminosas nessas áreas, por exemplo, contribui para a violência e a instabilidade social, criando um ambiente de medo e desconfiança (SOUZA, 2023). Esse tipo de criminalidade organizada se infiltra em diferentes esferas da vida cotidiana, desde o tráfico de drogas até a exploração de atividades ilícitas, o que dificulta a implementação de políticas públicas

eficazes (OLIVEIRA, 2022). Por outro lado, as ações estatais nem sempre são suficientes ou adequadamente direcionadas para lidar com essas questões, muitas vezes devido a limitações de recursos, falta de coordenação entre as diferentes esferas do poder público ou, em alguns casos, pela própria corrupção interna nas instituições.

Ao traçar um paralelo com Santiago, onde a colaboração entre diversos setores têm mostrado eficácia na redução da violência e na promoção da inclusão social, é necessário reconhecer que as particularidades locais de SC e CG exigem a construção de redes formais e informais de relacionamento com os atores locais. Para garantir a habitabilidade de forma integral, é essencial adotar uma abordagem multidimensional e colaborativa, como demonstrado no modelo de Santiago, que integra diferentes esferas sociais e políticas. A construção de parcerias entre o poder público, organizações não governamentais (ONGs), empresas e as próprias comunidades é crucial para criar soluções sustentáveis que atendam às necessidades das pessoas LGBTQIA+.

Um primeiro passo seria estabelecer fóruns de diálogo entre esses atores, onde as questões de segurança, inclusão social e as necessidades específicas das pessoas LGBTQIA+ possam ser discutidas, com foco na promoção de um ambiente seguro e habitável, tal como o MIM e os fóruns locais para discutir a Agenda 2030 promovidos pela Casa Fluminense. Essas plataformas de diálogo podem ser tanto formais, como comissões municipais ou conselhos de direitos, quanto informais, como encontros comunitários e rodas de conversa, permitindo a troca direta de experiências e a construção de soluções adaptadas à realidade local. A criação de espaços de acolhimento, como centros comunitários ou pontos de apoio LGBTQIA+, pode ser uma forma prática de fomentar essas redes, funcionando como locais de apoio psicológico, orientação jurídica e assistência social, além de eventos culturais que aproximem a população das políticas públicas e promovam o engajamento dos atores locais.

Essas iniciativas podem ser complementadas por campanhas de conscientização nas escolas e nas empresas locais, além de programas de capacitação para os agentes de segurança pública, que podem atuar como facilitadores na construção de um ambiente mais inclusivo. Integrando esses

esforços, será possível aumentar as chances de sucesso na promoção de uma habitabilidade mais justa, segura e inclusiva nas regiões periféricas, alinhando as práticas de Santiago com as necessidades locais do Rio de Janeiro.

Esses atores podem incluir líderes comunitários, organizações da sociedade civil e até mesmo representantes de grupos sociais marginalizados, que, juntos, poderão criar soluções mais ajustadas às realidades dessas regiões. Essas redes são importantes para garantir que as iniciativas de inclusão não apenas cheguem aos locais mais vulneráveis, mas também sejam sustentáveis a longo prazo.

Em relação aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), é importante notar que a disparidade entre áreas com baixos IDHs e regiões com maior desenvolvimento pode ser um fator agravante. As áreas mais vulneráveis, como Santa Cruz e Campo Grande, frequentemente enfrentam desafios de infraestrutura, acesso a serviços públicos e educação de qualidade, além de problemas sociais como o desemprego e a desigualdade. Essas condições podem ser exploradas pelas organizações criminosas, que frequentemente se tornam alternativas de "suprimento" em contextos de abandono estatal, oferecendo segurança, poder econômico e até um senso de pertencimento.

Portanto, embora a experiência de Santiago seja uma referência importante, as particularidades de cada região exigem que qualquer iniciativa voltada para a inclusão e segurança passe pela criação de redes locais de apoio, que considerem as especificidades socioeconômicas, políticas e culturais. A colaboração com os atores locais será essencial para viabilizar políticas públicas que não apenas busquem a redução da violência, mas também promovam uma verdadeira transformação nas condições de vida das populações mais vulneráveis.

Além disso, seria essencial investir em transparência de dados, como foi feito no Chile, para compreender a realidade das famílias LGBTQIA+ e suas necessidades específicas. Esse investimento em dados precisos permitirá a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas com as realidades da população LGBTQIA+ e suas demandas. Paralelamente, campanhas de sensibilização, bem como a criação de espaços de diálogo entre as pessoas

LGBTQIA+ e os tomadores de decisão, poderiam fortalecer o compromisso do Rio de Janeiro com a inclusão. Essas ações não só promoveriam maior segurança e respeito à população LGBTQIA+, mas também se posicionaria como um destino mais acolhedor e economicamente próspero, seguindo o exemplo chileno.

Nesse processo, as empresas desempenham um papel significativo, não apenas ao enxergar a inclusão como uma oportunidade para diversificar o mercado e ampliar seu portfólio de produtos e serviços, mas também como uma chance estratégica de fortalecer sua reputação. Ao apoiar iniciativas de inclusão e adotar práticas que promovem a diversidade, as empresas se alinham com valores sociais valorizados por consumidores, colaboradores e investidores. Esse compromisso não só as destaca como líderes de responsabilidade social, mas também contribui para a criação de um ambiente de maior confiança e engajamento.

Investir em práticas inclusivas vai além da diversidade no portfólio de produtos; implica fomentar um ambiente de trabalho inclusivo, criar campanhas que reconheçam as especificidades da população LGBTQIA+ e desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil e governos locais. Essas ações reforçam a imagem da empresa como uma marca comprometida com o bem-estar social, ajudando na transformação das comunidades em que está inserida e promovendo um desenvolvimento mais sustentável e justo.

Em Santiago, mais de 150 empresas participaram do programa Equidad CL, avaliando o nível de inclusão das pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Com base em políticas de diversidade e inclusão, programas de sensibilização e benefícios para pessoas trans, a pesquisa revelou que 77% das empresas possuem comitês de diversidade e 92% oferecem canais de denúncia contra discriminação. Além disso, muitas dessas empresas têm avançado na atração e retenção de talentos LGBTQIA+, criando ambientes mais inclusivos.

3. Implicações Políticas

A ascensão da direita e da extrema-direita global tem gerado um cenário político onde questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual têm sido, em muitos casos, incorporadas ao discurso de forma contraditória (MUDDE, 2020). Por um lado, há um movimento em que grupos de extrema-direita têm buscado se aproximar da população LGBTQIA+ com a promessa de proteger valores tradicionais e lutar contra a opressão da "ideologia de gênero", um conceito muitas vezes distorcido, politizado e constantemente atacado pela DPR como uma ameaça aos valores tradicionais da sociedade. Essa retórica não só deslegitima a discussão sobre ideologia de gênero, mas também enfraquece a implementação de políticas públicas e leis voltadas para a promoção da igualdade e inclusão de gênero. A forma como a "ideologia de gênero" é abordada nos discursos da DPR visa confundir a opinião pública e desacreditar a educação e informação necessárias para a mudança de mentalidades e a promoção de direitos iguais. Esse processo de disseminação de informações errôneas sobre a "ideologia de gênero" se reflete no ataque a propostas de educação sobre diversidade nas escolas e outras iniciativas que buscam garantir os direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+. Dessa forma, ao promover um discurso de exclusão e de negação dos direitos de gênero, a DPR fortalece uma agenda que visa manter as desigualdades históricas e dificultar a criação de um ambiente mais inclusivo por meio de políticas públicas eficazes. Assim, a luta contra a "ideologia de gênero" e a rejeição às políticas públicas que tratam da igualdade de gênero e da educação inclusiva refletem uma estratégia deliberada de manter o status quo, minando as transformações necessárias na sociedade brasileira, em um jogo político mais amplo que visa consolidar o poder de certos grupos em detrimento de outros.

No Brasil, a complexidade política singular, aqui classificada como uma "anomalia política" pela combinação de elementos liberais e conservadores, reflete também essa tendência. Embora a direita populista radical (DPR) varie em suas nuances, há um fortalecimento de seus laços com a direita tradicional. Essa aliança é baseada em uma plataforma de segurança pública e liberalismo

econômico, enquanto rejeita pautas progressistas como o casamento igualitário e a educação sobre diversidade nas escolas.

A DPR bolsonarista, por exemplo, se diferencia de seus pares internacionais por adotar um discurso menos nativista e restringir a presença de mulheres em posições de liderança, ao mesmo tempo em que forma alianças com grupos LGBTQIA+, como o movimento “Gays com Bolsonaro”. Esse grupo representa a co-optação de segmentos LGBTQIA+ através de um discurso que se opõe a pautas progressistas, como o casamento igualitário e o ensino de diversidade nas escolas, enquanto mantém uma narrativa polarizadora de “nós de direita” contra “eles de esquerda” (MUDDE, 2020).

A retórica da DPR no Brasil, embora específica ao contexto nacional, compartilha com a global uma defesa de valores nativistas e religiosos e a criação de um “outro” (movimentos de esquerda e progressistas) como adversários (MAYER, 2023). A rejeição ao que chamam de "mimimi" das pautas de inclusão reforça a rejeição a políticas de proteção e aceitação, permitindo que apenas demandas com potencial de retorno econômico, como o mercado LGBTQIA+, sejam parcialmente aceitas. Dessa forma, a DPR explora o potencial econômico da comunidade LGBTQIA+ sem se preocupar com as questões fundamentais de habitabilidade dessa população. Isso inclui não apenas a segurança física, mas também aspectos cruciais como a segurança emocional e psicológica, o acesso a serviços de saúde mental e a criação de espaços sociais acolhedores. A DPR, ao focar predominantemente na exploração econômica da população LGBTQIA+, frequentemente negligencia pilares basilares da habitabilidade, como a saúde mental, o acesso à justiça e a inclusão social. Em vez de garantir um ambiente seguro, onde as pessoas LGBTQIA+ possam viver sem discriminação, a retórica adotada por esses grupos muitas vezes reforça a marginalização, impedindo a criação de espaços que atendam às necessidades integrais dessa população.

Ao silenciar essas questões de habitabilidade, a DPR perpetua um ciclo de exclusão, priorizando a segurança física enquanto negligencia a criação de ambientes socialmente inclusivos e saudáveis. Essa abordagem fragmentada impede que os direitos da população LGBTQIA+ sejam reconhecidos de maneira universal, comprometendo a construção de uma sociedade mais equitativa e integrada. Assim, ao não abordar as necessidades emocionais, psicológicas e

sociais dessa população, a DPR não apenas falha em promover uma verdadeira inclusão, mas também contribui para a manutenção de barreiras que dificultam a efetiva implementação de políticas públicas voltadas para a plena participação e bem-estar das pessoas LGBTQIA+.

No cenário brasileiro, a mídia também colabora, mesmo que de forma não intencional, com a agenda da DPR ao destacar temas como criminalidade e desigualdade no acesso à saúde (MUDDE, 2020). Grupos como “Gays com Bolsonaro” se identificam com soluções aparentemente oferecidas por essa ala política, que defende o armamento civil, a criminalização do aborto e a repressão aos “antifas”, moldando uma pauta que atrai certos setores da comunidade LGBTQIA+. A liderança desse movimento, como revelado em entrevistas evidenciado no BOX 7, rejeita eventos como a Parada LGBTQIA+, que consideram “libertinagem”, e opõem-se à decisão do STF de criminalizar a homofobia e ao ensino de diversidade de gênero nas escolas. Essas posições representam uma regressão em décadas de conquistas, transformando direitos fundamentais em campos ideológicos polarizados. Líderes do movimento argumentam que o reconhecimento da homofobia como racismo afasta a população do entendimento pleno da discriminação, dificultando a conscientização e o apoio social às causas LGBTQIA+.

Box 7 – Quem são os LGBTs conservadores que apoiam o Bolsonaro

"Comecei a acompanhar o grupo que ia crescendo nos EUA e decidi me engajar nisso. Quando Jair [Bolsonaro] decidiu que sairia como candidato, quis trazer isso para o Brasil", afirma Lancelotti. "Furamos uma bolha, destruimos a ideia de que gays só podem ser de esquerda"

Fonte: Gazeta do Povo, 2020.

A esquerda brasileira também enfrenta críticas internas sobre sua atuação em prol das pessoas LGBTQIA+ (SANTOS, 2016). Após mais de uma década no poder, membros da sigla destacam a falta de progresso efetivo nas pautas de

inclusão, especialmente nas periferias. A crítica se concentra na percepção de que os governos de esquerda não priorizaram políticas eficazes contra a LGBTQIA+fobia, levando a população a buscar representação em extremos opostos do espectro político.

O exemplo de Santiago, no Chile, serve de inspiração ao Rio de Janeiro, pois o Chile adotou um modelo de políticas públicas inclusivas, com ênfase em programas educacionais de diversidade e leis antidiscriminatórias que garantem segurança e igualdade para a população LGBTQIA+. Movimentos como o Movilh têm forte influência sobre o governo, facilitando a implementação de políticas que abrangem desde representações justas na mídia até a proteção de direitos civis. A cidade de Santiago, ao investir em políticas de inclusão, promove um ambiente que favorece o bem-estar e a segurança da população LGBTQIA+, resultando em uma base social mais segura e colaborativa.

Ao inspirar-se nas políticas chilenas, o Rio de Janeiro pode adotar alternativas transformadoras para melhorar a habitabilidade das pessoas LGBTQIA+, como campanhas educativas que promovam o entendimento e respeito à diversidade nas escolas e comunidades, além da criação de centros de apoio que ofereçam espaços seguros. A experiência do Chile demonstra que essas iniciativas têm o poder de reduzir o preconceito, promover segurança e aumentar a aceitação social, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos.

No entanto, diante das adversidades políticas, como as resistências ideológicas e a falta de vontade política para implementar políticas inclusivas, a adaptação das boas práticas chilenas no Rio exige uma abordagem estratégica e multifacetada. A experiência chilena, com políticas que promovem o respeito à diversidade e a criação de espaços seguros, demonstra que, mesmo em um cenário adverso, é possível combater o preconceito e promover a aceitação. Porém, no contexto carioca, as ações enfrentam desafios significativos, como a polarização política e a falta de apoio de setores chave, como o empresarial e o governamental, que são essenciais para a implementação efetiva dessas políticas.

Para que as iniciativas chilenas possam ser replicadas no Rio de Janeiro de forma eficaz, é fundamental que exista uma aliança sólida entre a sociedade civil,

organizações de direitos humanos e líderes LGBTQIA+ que possam influenciar a opinião pública e pressionar por mudanças estruturais. A criação de espaços seguros e centros de apoio, como observado em Santiago, dependeria de um apoio contínuo que só seria conquistado com mobilização popular e forte pressão política. Além disso, é crucial que campanhas educativas nas escolas e nas comunidades sejam desenvolvidas de maneira inclusiva, adaptando-se às realidades locais e enfrentando as adversidades políticas por meio da conscientização, para que a aceitação da diversidade se torne uma prioridade na formação de uma sociedade mais inclusiva.

Portanto, a adaptação das boas práticas chilenas para o contexto carioca exige uma abordagem estratégica que reconheça as resistências políticas e a necessidade de engajamento constante da sociedade civil e aliados. Além disso, é imprescindível contar com um apoio robusto das instituições públicas e privadas para garantir que essas mudanças sejam implementadas com eficácia, com o objetivo de transformar o Rio de Janeiro em um modelo de inclusão, e conseqüentemente, melhorar a habitabilidade das regiões para as pessoas LGBTQIA+.

Entre as vantagens desse modelo, estão a redução do preconceito e a criação de ambientes mais inclusivos. Entretanto, é de suma importância lembrar que a implementação de tais medidas requer investimento e enfrentará resistência de setores conservadores, que pode ser superado com uma abordagem gradual, educacional e colaborativa. Com foco em estratégias como campanhas de conscientização, ações de sensibilização nas escolas e ambientes de trabalho, e parcerias com organizações da sociedade civil. Além disso, a mobilização popular e o apoio contínuo de lideranças LGBTQIA+ podem ser poderosos aliados na construção de uma rede de apoio social que ajude a dismantelar as resistências. Com o tempo, essas ações podem fortalecer a aceitação social e impulsionar o apoio de setores mais conservadores, enquanto garantem a implementação efetiva das políticas de inclusão.

A experiência de Santiago nesse quesito evidencia que o investimento em políticas de inclusão traz benefícios a longo prazo e pode inspirar o Rio de Janeiro

a construir uma estrutura social mais justa e segura, visando um ambiente mais acolhedor para a população LGBTQIA+.

Apesar das dificuldades, há razões para otimismo no cenário político brasileiro. Líderes LGBTQIA+, como Marielle Franco, que pautou os direitos humanos e a igualdade racial antes de ser silenciada por um assassinato brutal, permanecem como um símbolo de luta e resistência. Sua memória impulsiona a continuidade do movimento. A ascensão de Rick Azevedo, o vereador mais votado pelo PSOL no Rio de Janeiro, sem financiamento significativo pelo PSOL para sua campanha, reflete a força de uma política que emerge das bases, dando representatividade às comunidades marginalizadas. Da mesma forma, Erika Hilton marcou um momento histórico ao se tornar a primeira mulher trans eleita deputada federal por São Paulo, demonstrando que a representatividade é uma ferramenta poderosa para mudança estrutural. Essas lideranças personificam a interseção entre a luta pelos direitos da população LGBTQIA+ e a defesa dos direitos universais. Cabe lembrar, porém, que a realidade política de São Paulo, inclusive em termos de engajamento da população LGBTQIA+, é muito maior que a do Rio, o que justifica a ascensão de Erika Hilton. No entanto, não encontramos um paralelo a ela no Rio de Janeiro em termos de representatividade e de atuação política em fóruns nacionais, o que revela uma lacuna significativa de vozes e representações no cenário político estadual e federal do Rio.

Além disso, a ascensão do conservadorismo é realmente um fenômeno nacional, mas com particularidades no Rio de Janeiro. O estado enfrenta desafios específicos, como o envolvimento de atores ilícitos, como milicianos e traficantes, que influenciam diretamente a dinâmica política e social, especialmente nas periferias. A forte disseminação de igrejas neopentecostais, principalmente em regiões como Campo Grande e Santa Cruz, também tem um impacto significativo na mobilização da população e na construção de narrativas conservadoras que dificultam o avanço de pautas progressistas, incluindo as que favorecem as pessoas LGBTQIA+. Esses desafios exigem estratégias diferenciadas, incluindo uma maior articulação entre diferentes esferas de poder, a sociedade civil e a mobilização popular para enfrentar os obstáculos presentes no cenário carioca.

Suas trajetórias inspiram não apenas a comunidade que representam, mas toda a sociedade, ao demonstrar que inclusão e igualdade são objetivos tangíveis, não apenas aspirações.

Com figuras como essas ganhando espaço e destaque, há esperança de que o futuro político do Brasil possa ser mais inclusivo e justo, promovendo políticas que beneficiem todos os segmentos sociais, enquanto consolidam direitos para os mais vulneráveis. Essa transformação reflete uma sociedade em movimento, que reconhece e valoriza a diversidade como força motriz para o progresso e a justiça social.

4. Conclusão

A análise apresentada evidencia a urgência de ações voltadas para a inclusão e participação política da população LGBTQIA+ nas regiões de Santa Cruz e Campo Grande, no Rio de Janeiro. A implementação de políticas públicas que assegurem o direito à participação cidadã e à construção de espaços habitáveis e inclusivos encontra respaldo não apenas nos Princípios de Yogyakarta, mas também nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Alinhadas aos ODS 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), as recomendações propostas visam transformar a realidade local, garantindo que todas as pessoas possam exercer plenamente seus direitos políticos e sociais.

Ao promover a construção de políticas públicas inclusivas, estas ações potencializam a redução de desigualdades, fomentam a coesão social e reforçam a sustentabilidade urbana. Por exemplo, o fortalecimento da participação cidadã nos moldes do que preveem os Princípios de Yogyakarta e a Constituição Federal pode criar oportunidades para transformar estruturas sociais, garantindo direitos para a população LGBTQIA+. Além disso, as estratégias propostas para o Rio de Janeiro, aqui direcionados para Santa Cruz e Campo Grande, inspiradas no caso de Santiago do Chile, têm o potencial de contribuir para o cumprimento dos ODS mencionados, promovendo uma sociedade mais equitativa, sustentável e participativa. A materialização dessas políticas é um passo decisivo na construção de cidades mais justas, nas quais o bem-estar e os direitos de todos sejam plenamente respeitados.

5. Recomendações

As recomendações apresentadas neste policy brief visam orientar a implementação de políticas e ações necessárias para resolver os desafios de habitabilidade e inclusão enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ nas regiões de Santa Cruz e Campo Grande. Essas orientações têm como objetivo garantir a habitabilidade das pessoas LGBTQIA+. Com inspiração na paradiplomacia de Santiago do Chile, as recomendações buscam criar um ambiente urbano mais inclusivo e seguro, respeitando os direitos humanos e promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

a) Intercâmbio entre Agentes de Controle de Segurança com Santiago do Chile para lidar com a violência em Campo Grande e Santa Cruz

Santiago do Chile, capital do país, é reconhecida por suas práticas avançadas em **controle da violência urbana** e **segurança pública integrada**. A cidade combina **tecnologia de ponta**, estratégias de **policciamento preventivo**, e **iniciativas comunitárias** para mitigar os índices de criminalidade. Um intercâmbio com agentes de segurança pública do Rio de Janeiro pode ser estruturado para aproveitar a expertise de Santiago e adaptá-la às realidades locais de **Campos Gerais (CG)** e **Santa Cruz (SC)**.

- **Estabelecer um programa de intercâmbio entre agentes de segurança pública do Rio de Janeiro e Santiago do Chile:**
 - **Objetivo:** Capacitar agentes brasileiros dos 40º Batalhão de Polícia Militar de Santa Cruz e 27º Batalhão de Polícia Militar de Campo Grande em práticas de segurança pública, como monitoramento de áreas críticas e policiamento comunitário, utilizando as experiências implementadas em Santiago, como o “**Sistema Tático de Operación Policial**” (STOP).
 - **Recursos necessários:** Custos para envio de equipes ao Chile e recepção de especialistas chilenos no Brasil, treinamento técnico e material de apoio.
 - **Como captar recursos:** Parcerias bilaterais entre o governo do Estado do Rio de Janeiro e o governo chileno, com suporte financeiro de **organismos**

- internacionais**, como o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e o **PNUD**.
- **Colaboração:** Ministério do Interior e Segurança Pública do Chile, **Carabineros de Santiago**, e a **Prefeitura de Santiago**, além do apoio da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.
 - **Prazo:** Primeira fase do intercâmbio operacional dentro de **6 meses**, com treinamentos contínuos nos **próximos 18 meses**.
 - **Benefícios:** Capacitação técnica em prevenção e controle da violência, reforço no monitoramento de áreas críticas, e fortalecimento da integração entre as forças de segurança do Brasil e do Chile.
 - **Beneficiados:** Agentes de segurança pública do Rio de Janeiro, que terão acesso a novas ferramentas e estratégias, e a população de CG e SC, com redução dos índices de criminalidade.
-
- **Promover visitas técnicas em Santiago para conhecer práticas de monitoramento e integração comunitária:** Santiago utiliza **câmeras de vigilância de alta tecnologia**, **policciamento orientado por dados**, e **parcerias com a sociedade civil** para prevenir crimes e fortalecer a relação entre comunidades e forças de segurança.
 - **Objetivo:** Enviar delegações de agentes de CG e SC para observação das operações da polícia chilena em Santiago, com foco no **uso de tecnologia em operações táticas** e na implementação do **STOP**, que prioriza a gestão eficiente de recursos policiais.
 - **Recursos necessários:** Financiamento para logística de visitas (viagens, hospedagem, deslocamento), tradutores, e preparação de relatórios técnicos.
 - **Como captar recursos:** Parcerias com **empresas de segurança tecnológica** e financiamento de agências multilaterais, como o **BID** ou o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**.
 - **Colaboração:** Com a **Prefeitura de Santiago**, o **Ministério do Interior chileno**, e universidades locais que promovem estudos sobre segurança urbana.

- **Prazo:** Organizar a primeira visita técnica em **até 9 meses**, com relatórios de avaliação ao longo do segundo ano.
 - **Benefícios:** Transferência direta de boas práticas, fortalecimento do conhecimento técnico e identificação de ações adaptáveis ao Rio de Janeiro.
 - **Beneficiados:** Agentes de segurança e gestores públicos, com acesso a ferramentas práticas, e a população, com melhorias no policiamento local.
-
- **Adotar tecnologias usadas em Santiago para monitoramento urbano integrado:** Santiago implementou sistemas de **câmeras inteligentes**, **drones de vigilância**, e redes de **sensores urbanos** que permitem uma rápida resposta a incidentes criminais.
 - **Objetivo:** Incorporar essas tecnologias no **CIVITAS**, com o suporte técnico de empresas e especialistas chilenos, para aprimorar o monitoramento de áreas vulneráveis em CG e SC.
 - **Recursos necessários:** Aquisição de equipamentos, treinamento de equipes, e integração dos sistemas tecnológicos no Brasil.
 - **Como captar recursos:** Através de **parcerias público-privadas** e editais de inovação, incluindo empresas que já atuam em Santiago e podem expandir para o Rio.
 - **Colaboração:** Com empresas como a **VTR Security** ou a **Securitas Chile**, além de órgãos de segurança locais.
 - **Prazo:** Implantação inicial no **primeiro ano**, com ampliação e ajustes no **segundo ano**.
 - **Benefícios:** Resposta mais eficiente a crimes, monitoramento mais preciso de áreas críticas e maior segurança para a população.
 - **Beneficiados:** Comunidades vulneráveis de CG e SC, e as forças de segurança que terão maior capacidade operacional.

b) Fortalecimento da Qualidade de Vida da População LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz: Saúde Mental, Moradia e Parcerias Internacionais

A qualidade de vida das pessoas LGBTQIA+ em **Campo Grande (CG)** e **Santa Cruz (SC)** é diretamente afetada pelas condições de saúde mental e moradia. Por isso, a adaptação do modelo de **Territórios Sociais (TS)** exemplificado no **BOX 8** no Rio de Janeiro, em parceria com o **ONU-Habitat**, é uma oportunidade para fortalecer a inclusão e a dignidade dessa população.

Box 8 – Territórios Sociais

O Programa Territórios Sociais, uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, coordenada pelo Instituto Pereira Passos (IPP) e em parceria com ONU-Habitat, busca enfrentar vulnerabilidades sociais em áreas prioritárias da cidade. Criado para integrar esforços de diferentes secretarias e organizações, o programa tem como objetivo mapear, monitorar e atender famílias em situação de extrema vulnerabilidade, promovendo melhorias nas condições de vida.

Fonte: Prefeitura do Rio, 2017.

- **Revisar o modelo do Territórios Sociais (TS) com base nos Princípios de Yogyakarta:** Incorporar os Princípios de Yogyakarta no TS para garantir que as necessidades específicas das pessoas LGBTQIA+ sejam contempladas, especialmente em habitação e saúde mental.
- **Objetivo:** Atualizar critérios e processos do TS para maior inclusão.
- **Recursos necessários:** Workshops para gestores, reformulação de diretrizes e materiais educativos.
- **Como captar recursos:** Por meio do apoio técnico e financeiro da **ONU-Habitat**, **PNUD**, instituições de direitos humanos e emendas parlamentares.
- **Colaboração:** Prefeitura do Rio de Janeiro, ONU-Habitat, e ONGs locais como a **Casa Nem**.

- **Prazo:** Revisão concluída em **12 meses**, com implementação e monitoramento nos **12 meses subsequentes**.
 - **Benefícios:** Redução da vulnerabilidade social e habitacional da população LGBTQIA+.
 - **Beneficiados:** Pessoas LGBTQIA+ em CG e SC.
-
- **Incluir a Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS) no comitê gestor do TS e ONGs como observadores, seguindo o modelo da ONU:**

A participação da CDS e ONGs aumentam a transparência e a eficiência na gestão do TS.

 - **Objetivo:** Garantir a supervisão social e tecnológica no processo de seleção e priorização de beneficiários.
 - **Recursos necessários:** Desenvolvimento de plataformas digitais e treinamento para as ONGs observadoras.
 - **Como captar recursos:** Parcerias com empresas de tecnologia e fundos de inovação urbana da ONU-Habitat.
 - **Colaboração:** Prefeitura do Rio (CDS), ONGs locais e internacionais, e a ONU-Habitat.
 - **Prazo:** Implantação do modelo em **9 meses**, com avaliação contínua nos **2 anos seguintes**.
 - **Benefícios:** Gestão mais inclusiva e eficiente, aumento da transparência e participação social.
 - **Beneficiários:** Pessoas LGBTQIA+ e gestores públicos.
-
- **Estabelecer uma parceria direta com Santiago do Chile para troca de experiências sobre habitação inclusiva e saúde mental:** Santiago é referência em programas habitacionais e sociais que valorizam diversidade e inclusão, oferecendo boas práticas que podem ser adaptadas para CG e SC.
 - **Objetivo:** Desenvolver um intercâmbio técnico entre as prefeituras, com foco em soluções habitacionais inclusivas.

- **Recursos necessários:** Passagens, estadia, tradução técnica e desenvolvimento de relatórios de diagnóstico.
 - **Como captar recursos:** Apoio do **BID**, **ONU-Habitat**, e redes como o **C40 Cities**.
 - **Colaboração:** Prefeitura de Santiago, Ministério de Habitação e Urbanismo do Chile e ONGs chilenas como a **Movilh** (Movimento de Integração e Libertação Homossexual).
 - **Prazo:** Primeira visita técnica e elaboração de estratégias em **12 meses**, com aplicação local em **12 meses subsequentes**.
 - **Benefícios:** Adoção de políticas comprovadamente eficazes, aumento da qualidade habitacional e fortalecimento de práticas inclusivas.
 - **Beneficiados:** Pessoas LGBTQIA+ e gestores locais.
-
- **Criar um programa piloto de saúde mental especializado para pessoas LGBTQIA+ em CG e SC:**

Oferecer apoio psicológico, especialmente para jovens LGBTQIA+ que enfrentam discriminação e exclusão habitacional.
 - **Objetivo:** Implantar centros de apoio psicológico comunitários conectados às unidades de saúde locais.
 - **Recursos necessários:** Contratação de psicólogos especializados, capacitação de profissionais e material informativo.
 - **Como captar recursos:** Financiamento por editais do Ministério da Saúde e parcerias com ONGs internacionais.
 - **Colaboração:** Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, ONGs como o **Instituto Marielle Franco** e apoio da **ONU-Habitat**.
 - **Prazo:** Início das atividades em **6 meses**, com avaliação e expansão após **2 anos**.
 - **Benefícios:** Melhora da saúde mental e fortalecimento da autoestima das pessoas LGBTQIA+.
 - **Beneficiados:** Pessoas LGBTQIA+ e suas redes de apoio.

- **Promover programas habitacionais integrados com saúde mental para LGBTQIA+ em vulnerabilidade como o Programa Sala da Mulher Cidadã:** Inspirado nas políticas de Santiago, oferecer moradias temporárias que incluam suporte psicológico.
- **Objetivo:** Combinar moradia com serviços de saúde mental para transitar da vulnerabilidade à independência.
- **Recursos necessários:** Construção ou adaptação de unidades habitacionais, equipes multidisciplinares e financiamento público-privado.
- **Como captar recursos:** Parcerias com o setor privado e fundos internacionais de habitação inclusiva.
- **Colaboração:** ONU-Habitat, BID, empresas locais e ONGs.
- **Prazo:** Lançamento do programa em **18 meses**, com expansão gradual em **2 anos**.
- **Benefícios:** Redução do índice de moradores LGBTQIA+ em situação de rua e melhora na qualidade de vida.
- **Beneficiados:** Pessoas LGBTQIA+ de CG e SC.

c) Fortalecimento da Representatividade Política e Inclusão Social para Jovens LGBTQIA+ em Campo Grande e Santa Cruz: Estratégias Inovadoras e Conexões Internacionais

- **Instituir uma pesquisa institucional coordenada pelo IPP e CDS para ouvir as demandas da juventude LGBTQIA+ em CG e SC: Criar a campanha "Queremos Saber Suas Demandas", com apoio do IPP (tecnologia e análise de dados) e da CDS (mobilização e engajamento).**
- **Objetivo:** Identificar necessidades prioritárias para embasar políticas públicas inclusivas.
- **Recursos necessários:** Plataformas digitais de coleta de dados, equipes de análise e suporte logístico.
- **Como captar recursos:** Emendas parlamentares e parcerias internacionais como a REDUS (BNDES + GIZ).
- **Colaboração:** IPP, CDS, ONGs locais e institucionais de juventude.

- **Prazo:** Lançamento da pesquisa em 6 meses, com relatório conclusivo em 12 meses.
 - **Benefícios:** Melhora na formulação de políticas baseadas em dados reais.
 - **Beneficiados:** Jovens LGBTQIA+ em CG e SC.
-
- **Refazer e adaptar o MIM (Manual do Início do Mundo) como ferramenta comunitária eficaz para coletar informações específicas sobre as condições sociais, econômicas e políticas da população LGBTQIA+ nas regiões analisadas.**
 - **Objetivo:** Garantir que políticas sejam continuamente monitoradas e avaliadas.
 - **Recursos necessários:** Capacitação técnica e sistemas tecnológicos.
 - **Como captar recursos:** Financiamento do ONU-Habitat e contribuições de organismos como o BID.
 - **Colaboração:** IPP, secretarias de governo e associações locais.
 - **Prazo:** Implementação em 9 meses, com monitoramento contínuo.
 - **Benefícios:** Maior eficiência e transparência na aplicação das políticas públicas.
 - **Beneficiados:** Pessoas LGBTQIA+ e gestores locais.
-
- **Estabelecer o Selo de Diversidade, que contemple estabelecimentos locais que promovem inclusão e diversidade.**
 - **Objetivo:** Incentivar o mercado local a adotar práticas inclusivas, aumentando oportunidades de emprego e inclusão social.
 - **Recursos necessários:** Campanhas educativas, certificação e monitoramento.
 - **Como captar recursos:** Parcerias com empresas locais e editais do SEBRAE e do Sistema S.
 - **Colaboração:** Setor privado, organizações locais e instituições de ensino.
 - **Prazo:** Lançamento do programa em 12 meses.
 - **Benefícios:** Aumento da empregabilidade e fortalecimento da economia local.

- **Beneficiados: Jovens LGBTQIA+ e comerciantes locais.**

- **Formar um Comitê LGBTQIA+ no Estado e no Município do Rio de Janeiro para ampliar a representatividade política: Criar um espaço consultivo para discutir políticas públicas e estratégias inclusivas, com representantes de CG, SC e outras regiões.**
- **Objetivo:** Integrar demandas da população LGBTQIA+ no planejamento estratégico estadual.
- **Recursos necessários:** Infraestrutura básica e apoio jurídico.
- **Como captar recursos:** Recursos estaduais e apoio de ONGs e fundações internacionais.
- **Colaboração:** ONGs como Casa Nem, Instituto Marielle Franco e redes internacionais como a ILGA e a Rainbow Cities Network (RCN).
- **Prazo:** Formação em 6 meses.
- **Benefícios:** Aumento da participação política e fortalecimento das lideranças comunitárias.
- **Beneficiados:** Pessoas LGBTQIA+ do estado.

- **Inserir a cidade do Rio de Janeiro em plataformas internacionais para troca de experiências e monitoramento: Filiação à ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association) e à Rainbow Cities Network (RCN), promovendo parcerias e accountability.**
- **Objetivo:** Aumentar a visibilidade internacional das políticas locais e aprender com boas práticas globais.
- **Recursos necessários:** Taxas de adesão e estrutura de coordenação.
- **Como captar recursos:** Parcerias com organizações internacionais e apoio governamental.
- **Colaboração:** Prefeituras locais, RCN e ILGA.
- **Prazo:** Adesão efetiva em 9 meses.

- **Benefícios:** Melhoria contínua das políticas locais e aumento da credibilidade internacional.
- **Beneficiários:** Pessoas LGBTQIA+ e gestores públicos.

6. Referências bibliográficas

AMNESTY INTERNATIONAL. Brazilian Portuguese: Human Rights in Brazil 2020/2021. 2021. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/POL5027622020BRAZILIAN-PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. Relatório sobre direitos humanos no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/05/POL5027622020BRAZILIAN-PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE VIAGENS GAY E LÉSBICAS (IGLTA). LGBTQ+ Travel Report. Fort Lauderdale, 2020. Disponível em: <https://www.igla.org/>(<https://www.igla.org/>). Acesso em: 16 jul. 2024.

AZEVEDO, Ana Karina Silva; SILVA, Maria Vanessa Morais da. A população LGBTI+ brasileira e a pandemia de COVID-19: alguns apontamentos sobre isolamento social, saúde e direitos humanos. Debates Insubmissos, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/debatesinsubmissos/article/view/250649>. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL DE FATO. Número de feminicídios em 2023 é o maior da série histórica no Brasil, diz Fórum de Segurança Pública. 7 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/07/numero-de-femicidios-em-2023-e-o-maior-da-serie-historica-no-brasil-diz-forum-de-seguranca-publica>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRASIL e CHILE. Brasil e Chile cooperam em desenvolvimento urbano sustentável. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-chile-cooperam-em-desenvolvimento-urbano-sustentavel>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Brasil. Boletim Epidemiológico HIV e AIDS 2023. [s.l.]: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/dados/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Guia do Plano de Ação Periferia Viva - SNP - Ministério das Cidades. [s.l.]: Ministério das Cidades, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/periferia-s/guia-do-plano-de-acao-periferia-viva-snp-ministerio-das-cidades-urbanizacao-de-favelas.pdf/view>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Programas de proteção e garantia de direito das pessoas LGBTQIA+ terão investimentos de mais de R\$ 8 milhões. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/programas-de-protecao-e-garantia-de-direito-das-pessoas-lgbtqia-terao-investimentos-de-mais-de-r-8-milhoes>. Acesso em: 1 ago. 2024.

CÂMARA DE COMÉRCIO E TURISMO LGBT DO BRASIL. Relatório Anual 2019. São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.camaralgbt.com.br/. Acesso em: 16 jul. 2024.

CASA FLUMINENSE. Plano Santa Cruz 2030 é marcado pelo protagonismo dos moradores e o foco na juventude. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/plano-santa-cruz-2030-e-marcado-pelo-protagonismo-dos-moradores-e-o-foco-na-juventude/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CASA FLUMINENSE. Será que vai chover? A ansiedade climática nas periferias. Disponível em: https://casafluminense.org.br/sera-que-vai-chover-a-ansiedade-climatica-nas-periferias/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA3ZC6BhBaEiwAeqfvysPAvHLZOE3vei3Q9bX4PV9dxUjzxsQRLNu9pdX0RZZmdJjGhZzixoCkYQQAvD_BwE. Acesso em: 25 nov. 2024.

CHILE. Resultados do Censo 2017: Região Metropolitana de Santiago. 2017. Disponível em: <http://resultados.censo2017.cl/Region?R=R13>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CLAM. Panorama Chile: Documento de Contexto. Available at: <https://clam.org.br/uploads/arquivo/panoramachiledoc.pdf>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS. Breve relato sobre a formação das Divisões Administrativas na Cidade do Rio de Janeiro: período entre 1961-2019. Maio 2010. Disponível em: <https://datariov2-pcrj.hub.arcgis.com/documents/80f98e70931a40a5bf4a95c9f7fa51f/explore>. Acesso em: 2 dez. 2024.

COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS. Desenvolvimento Humano e condições de vida no Município do Rio de Janeiro. Janeiro 2004. Disponível em: <https://datariov2-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro. Janeiro 2003. Disponível em: <https://datariov2-pcrj.hub.arcgis.com/documents/cbc2f569e8e3462c9b71c1759d1a2f3e/explore>. Acesso em: 2 dez. 2024.

COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS. Mudanças Climáticas e as Ilhas de Calor: estudo de caso da Cidade do Rio de Janeiro. Dezembro 2016. Disponível em: <https://datariov2-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS. Planejamento ausente, resignação presente: diferenciais negativos do desenvolvimento carioca entre 1991-2000. Dezembro 2009. Disponível em: <https://datariov2-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS. Reestruturação urbana e o novo horizonte para as estratégias de potencialização do tecido cultural criativo da área central do Município do Rio de Janeiro. Novembro 2015. Disponível em: <https://datariov2-pcrj.hub.arcgis.com/documents/ddce4000536b42608743c3f6058cc217/explore>. Acesso em: 2 dez. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. "Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment". Routledge, 2000.

CRIMSON, Kimberlé. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex". University of Chicago Legal Forum, 1989.

DATA.RIO. Sobre o projeto. 2024. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/59f721959baa4303b2f37958c47a97c5/about>. Acesso em: 25 nov. 2024.

DIÁRIO DO RIO. Santa Cruz, no Rio de Janeiro, já pode ficar submersa em 2030. 2024. Disponível em: <https://diariodorio.com/santa-cruz-no-rio-de-janeiro-ja-pode-ficar-submersa-em-2030/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

EQUIDAD CHILE. EquidadChile2024. Available at: <https://hrc-prod-requests.s3-us-west-2.amazonaws.com/EquidadChile2024.cleand.pdf>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

FIOCRUZ. Almanaque Saúde e Cidade: edição Jacarepaguá. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. 36 p.

FREITAS, Emanuelle Rodrigues de; PIMENTA, Lígia S. P. de; CAVALCANTE, Natália da Silva. A saúde da população LGBTQIA+: desafios e perspectivas no Brasil. Saúde em Debate, v. 45, n. 132, p. 288-299, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CwyVYM48SXzQqd9n7y3RCKN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2024.

FUNDOS DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Estudo do Fundo de População da ONU traz um panorama sobre saúde da população LGBTQIA+ no Brasil. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/estudo-do-fundo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-da-onu-traz-um-panorama-sobre-sa%C3%BAde-da-popula%C3%A7%C3%A3o-lgbtqia-no>. Acesso em: 30 out. 2024.

G1. Relatório internacional aponta que siderúrgica em Santa Cruz no Rio polui ar da região de maneira devastadora. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/09/17/relatorio-internacional-aponta-que-siderurgica-em-santa-cruz-no-rio-polui-ar-da-regiao-de-maneira-devastadora.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GALLI, Rafael Alves. Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05082013-151002/en.ph>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GAZETA DO POVO. Quem são os LGBTs conservadores que apoiam Bolsonaro. Available at: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/quem-sao-os-lgbts-conservadores-que-apoiam-bolsonaro/>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

GOB.CL. Por un Chile diverso: estamos comprometidos con los derechos de la comunidad LGBTIQIA. Available at: <https://www.gob.cl/noticias/por-un-chile-diverso-estamos-comprometidos-con-los-derechos-de-la-comunidad-lgbtqia/>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

GOMES, Wolembergue Lopes; ARRUDA, Raquel Ribeiro; DE OLIVEIRA SANTOS, Derek. Festas LGBTQIA+ em Porto Velho: espaços de refúgio e expressão. Semana da Diversidade Humana, ISSN 2675-1127, v. 4, n. 5, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brazil: Attacks on Gender and Sexuality Education. 12 mai. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education>. Acesso em: 2 dez. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brazil: Attacks on gender and sexuality education. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education>. Acesso em: 25 nov. 2024.

IBGE. Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio de Janeiro - RJ. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 2 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; MINISTÉRIO DO TRABALHO. Censo 2022 – PNAD e Projeções Geofusion para 2024. Disponível em: <https://geofusion.com.br/blog/bairros-mais-populosos-do-brasil/>. Acesso em: 30 out. 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA A POLÍTICA DE SAÚDE (IEPS). Saúde da população LGBTQIA+. Boletim 03. São Paulo: IEPS, 2023. Disponível em: <https://agendamais.org.br/wp-content/uploads/2023/06/ieps-boletim03-saude-p-opulacao-LGBTQIA.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (Chile). Resultados Censo 2017: Região de Los Lagos. Disponível em: <http://resultados.censo2017.cl/Region?R=R13>. Acesso em: 2 dez. 2024.

IPEA. Atlas da Violência 2024. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Só para o moço do corpo dourado do sol de Ipanema: distribuição espacial da economia noturna LGBT na cidade do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v. 19, n. 2, p. 288-309, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513954272006>. Acesso em: 23/09/2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL. Cartilha de Atendimento ao Turista LGBT. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MOVILH. Consejo para la Transparencia acoge amparo del Movilh contra el registro civil. 2023. Disponível em: <https://www.movilh.cl/consejo-para-la-transparencia-acoge-amparo-del-movilh-contra-el-registro-civil/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTIBRASIL. Dossiê: Mortes de pessoas LGBTQIA+ no Brasil em 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 22 out. 2024.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). UN Free & Equal: A global campaign to promote equal rights for LGBTI people. Available at: <https://www.ohchr.org/en/sexual-orientation-and-gender-identity/un-free-equal-global-campaign-promote-equal-rights-lgbti-people>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

OLIVEIRA, Alexandre Witter Cardoso de. Gestão e políticas públicas em territórios periféricos: desafios e perspectivas. [s.l.]: AEE, 2023. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/20477/1/Alexandre%20Witter%20Cardoso%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Relatório Global sobre Turismo LGBTQ. Madrid, 2017. Disponível em: <http://www2.unwto.org/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ORSOLIN, Augusto. A dinâmica de relacionamento entre as normas contábeis internacionais e o sistema regulador brasileiro. [s.l.]: Universidade Federal de Santa Maria, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/30824/DIS_PPGCC_2023_OR SOLIN_AUGUSTO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 nov. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Painel de Desenvolvimento Social – PCRJ. Disponível em: <https://pds-pcrj.hub.arcgis.com/pages/painel>. Acesso em: 30 out. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7720635/4211818/3.1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura entrega obras de revitalização do Distrito Industrial de Santa Cruz. Disponível em: <https://prefeitura.rio/infraestrutura/prefeitura-entrega-obras-de-revitalizacao-do-distrito-industrial-de-santa-cruz/>. Acesso em: 30 out. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura entrega obras de revitalização do Distrito Industrial de Santa Cruz. Disponível em: <https://prefeitura.rio/infraestrutura/prefeitura-entrega-obras-de-revitalizacao-do-distrito-industrial-de-santa-cruz/>. Acesso em: 30 out. 2024.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura inaugura duas obras de urbanização do Bairro Maravilha em Campo Grande, na Zona Oeste. Disponível em: <https://infraestrutura.prefeitura.rio/noticias/prefeitura-inaugura-duas-obras-de-urbanizacao-do-bairro-maravilha-em-campo-grande-na-zona-oeste/>. Acesso em: 30 out. 2024.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. CDS-Rio capacita pessoas LGBTI+ e população de baixa renda para cuidar de idosos. Disponível em: <https://casacivil.prefeitura.rio/noticias/cds-rio-capacita-pessoas-lgbti-e-populacao-de-baixa-renda-para-cuidar-de-idosos/>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Projeto DAM-Site. Disponível em: <https://casacivil.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/99/2022/06/Projeto-Dam-site.pdf>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

PRIDE CONNECTION. Pride Connection. Disponível em: <https://www.prideconnection.cl/>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero. 2007. Disponível em: https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf#:~:text=Os%20Princ%C3%ADpios%20de%20Yogyakarta%20tratam%20de%20um%20amplo%20espectro%20de. Acesso em: 25 set. 2024.

PROLAM. Política de inclusão social e educação no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/212566>. Acesso em: 25 nov. 2024.

QUINTO ANDAR. Qual é o bairro mais populoso do Brasil? Disponível em: <https://www.quintoandar.com.br/guias/cidades/bairro-mais-populoso-do-brasil/#h-qual-e-o-bairro-mais-populoso-do-brasil>. Acesso em: 30 out. 2024.

RIBEIRO, Ana Luiza Ferreira. Conflitos socioambientais no território do Parque Nacional da Peneda-Gerês: uma análise de práticas discursivas. [s.l.]: Universidade do Porto, 2023. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/146613/2/597018.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RIBEIRO, Emmanuel Pedro S. G. Adoção à brasileira: uma análise sociojurídica. *Dataveni@*, v. 3, n. 18, ago. 1998. Disponível em <http://www.datavenia.inf.br/frame.artig.html>. Acesso em 10 set. 1998.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; MELO, Lucas Pereira de. Pandemia de COVID-19 e população LGBTI+: (in)visibilidades dos impactos sociais. *Saúde em Debate*, v. 45, n. 2, p. 217-229, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/fsX8vyYh4MdTsSLO3PGVm4k/>. Acesso em: 07 out. 2024.

SCIELO. O novo ciclo de participação política no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mMSQSYVHs5XpW9TpmbLhYYb/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SGI NETWORK. Chile: Political Report 2020. 2020. Disponível em: https://www.sgi-network.org/docs/2020/country/SGI2020_Chile.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Alexandra Alves da. Que os outros sejam o normal: exclusão de LGBTs e a contribuição da pedagogia. [s.l.]: Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21766/1/Que-os-outros-sejam-o-normal_RI.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Anderson dos Santos. O uso da inteligência artificial no processo de tomada de decisão empresarial. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192351>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, Vitória Carvalho Rocho da. Direitos humanos e violência de gênero no Brasil: um olhar sobre a justiça reprodutiva. [s.l.]: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2744/1/Vit%C3%B3ria%20Carvalho%20Rocho%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SIMÕES, Guilherme. É preciso colocar a periferia no centro da política, diz o secretário Guilherme Simões. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/04/20/e-preciso-colocar-a-periferia-no-centro-da-politica-diz-o-secretario-guilherme-simoes/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SOARES, Juliana. Conheça Rick Azevedo: TikTokker foi quem menos recebeu dinheiro para a campanha, mas foi o vereador mais votado do PSOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/noticias/rick-azevedo-psol-vereador-2023>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SOUZA, Luiz Henrique Correa de. AS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO E AS CONSEQUÊNCIAS DA SUA EXISTÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 2785–2797, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11693. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11693>. Acesso em: 22 out. 2024.

SOUZA, Renata da Silva. *Revista Teoria e Cultura: A construção do discurso sobre a periferia nas políticas públicas*. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12310>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SOUZA, Vânia da Silva. *Transformações urbanas e a produção do espaço no contexto da globalização: o caso do Rio de Janeiro*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/13234/2/Tese%20Vania%20parte%202.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Inclusion of LGBT people in education settings of paramount importance for leaving no one behind. 2019. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements/2019/10/inclusion-lgbt-people-education-settings-paramount-importance-leaving-no-one>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Resolution 27/32: Brazil report on LGBT issues. 2014. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/Res_27_32/Brazil.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Resolution 27/32: Brazil report on LGBT issues. 2014. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/Res_27_32/Brazil.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNITED NATIONS. LGBTIQ+ people. Available at: <https://www.un.org/en/lgbtiq-people>. Acesso em: 30 Oct. 2024.

UNITED NATIONS. UN News: AIDS response at crossroads amid faltering progress against infections, inequalities. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/05/1092112>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. 2023 Country Reports on Human Rights Practices: Brazil. 2023. Disponível em:

<https://www.state.gov/reports/2023-country-reports-on-human-rights-practices/brazil/>. Acesso em: 25 nov. 2024.